LEI COMPLEMENTAR Nº 597/2005.

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO
MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INOCÊNCIA, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de INOCÊNCIA APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

LIVRO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei regula o Sistema Tributário Municipal de INOCÊNCIA, disciplinando, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos da competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

TÍTULO I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A legislação tributária do Município de INOCÊNCIA compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas deles decorrentes.

Parágrafo único. São normas complementares das leis e dos decretos:

- I— os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como portarias, circulares, instruções, avisos e ordens de serviço, expedidas pelo Gerente de Finanças e Diretores dos órgãos administrativos, encarregados da aplicação da Lei;
- II— as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
- III— os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

Art. 3º Para aplicação da legislação tributária, o Poder Executivo poderá expedir decretos, com conteúdo e alcance restritos às leis que lhes deram origem, com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.

CAPÍTULO II DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º A legislação tributária tem aplicação em todo o território do Município e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

Art. 5º A aplicação da legislação tributária é obrigatória, não constituindo motivo para sua não aplicação a alegação de desconhecimento, omissões ou obscuridades de seu texto.

Art. 6º Quando ocorrer dúvida ao contribuinte quanto à aplicação de dispositivo desta lei, poderá, mediante petição, dirigir consulta ao Município, na forma disposta nesta lei, no título referente ao Conselho de Contribuintes.

CAPÍTULO III DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 7º A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

§ 1º Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

- I— a analogia;
- II— os princípios gerais de direito tributário;
- III— os princípios gerais de direito público;
- IV— a equidade.

§ 2º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§ 3º O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

Art. 8º Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- I— suspensão ou exclusão de crédito tributário;
- II— outorga de isenção;
- III— dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 9º A legislação tributária que define infrações ou comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- I— à capitulação legal do fato;
- II— à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

- III— à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV— à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

TÍTULO II
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Art. 11. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo acrescido de eventual valor relativo a penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o pagamento do crédito dela decorrente.

§2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela prevista no interesse do lançamento, da cobrança, da arrecadação e da fiscalização dos tributos.

§3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 12. Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

CAPÍTULO II
DO FATO GERADOR

Art. 13. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida nesta lei, e em demais normas tributárias municipais, como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 14. O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 15. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

- I— a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
- II— os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 16. Salvo disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

- I— tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

- II— tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

CAPÍTULO III DO SUJEITO ATIVO

Art. 17. Sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de INOCÊNCIA, titular de competência constitucional para exigir seu cumprimento.

CAPÍTULO IV DO SUJEITO PASSIVO

Art. 18. Sujeito passivo da obrigação principal é aquele obrigado ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

§1º O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

- I— contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- II— responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em lei.

§2º Quando o sujeito passivo da obrigação tributária for pessoa física que preste serviço de forma direta e pessoal, as alíquotas estabelecidas para os serviços dispostos no art. 126 desta lei serão reduzidas para sessenta por cento dos valores estabelecidos na tabela anexa ao código.

Art. 19. Sujeito passivo da obrigação acessória é aquele obrigado à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

Art. 20. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§1º A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta lei.

§2º Feita a convocação do contribuinte, terá o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

§3º O prazo assinalado no parágrafo anterior será contado:

- I— da data da ciência aposta no auto;
- II— da data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida, contar-se-á este após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

III— da data da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

CAPÍTULO V DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 21. A capacidade tributária passiva independe:

- I— da capacidade civil das pessoas naturais;
- II— de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- III— de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

CAPÍTULO VI DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 22. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins desta lei, considera-se como tal:

- I— quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;
- II— quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;
- III— quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§1º Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§3º Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VII DA SOLIDARIEDADE

Art. 23. São solidariamente obrigadas:

- I— as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;
- II— as pessoas expressamente designadas por lei;
- III— todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

Parágrafo único. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.

Art. 24. Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

- I— o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- II— a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III— a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

CAPÍTULO VIII DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei ou regulamentação deste Código, podem atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO II

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 26. O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Art. 27. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 28. São pessoalmente responsáveis:

- I— o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

- II— o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III— o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

Art. 29. A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

Art. 30. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

- I— integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II— subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 31. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I— os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II— os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;
- III— os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV— o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V— o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- VI— os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;
- VII— os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

Art. 32. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I— as pessoas referidas no artigo anterior;
- II— os mandatários, prepostos e empregados;
- III— os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 33. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato, constituindo-se infração fiscal toda ação ou omissão que importe em não observância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Art. 34. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada ou o pagamento do tributo em atraso, após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO III DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 36. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 37. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Art. 38. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser

concedido mediante lei específica, que regule exclusivamente as matérias enumeradas ou o correspondente tributo.

CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DO LANÇAMENTO

Art. 39. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o ato administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 40. O lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

§ 3º As disposições neste Código ou em suas regulamentações, não prejudicam os direitos adquiridos, de deduções, compensações ou outros benefícios fiscais estabelecidos na lei vigente à época da realização do fato jurídico, e não modifica as penalidades, especialmente a atualização monetária de seu valor de acordo com os critérios e índices aplicáveis à época do fato gerador, a não ser quando a nova lei seja mais favorável ao responsável, deixando de definir o ato como infração ou lhe comina penalidade menos severa do que a prevista pela lei vigente ao período de sua prática.

Art. 41. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:

- I— impugnação do sujeito passivo;
- II— recurso de ofício;
- III— iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 49.

Art. 42. Considera-se o contribuinte notificado do lançamento, e iniciado o prazo para reclamação, a partir das seguintes modalidades de notificação:

- I— afixação de edital no quadro próprio da Prefeitura Municipal;
- II— publicação no órgão de imprensa oficial do Município;

III— remessa da notificação por via postal com aviso de recebimento;

IV— recebimento, por via postal ou entrega pessoal, do carnê de tributos municipais.

§1º Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação com a remessa por via postal, com aviso de recebimento.

§2º A notificação será procedida de forma a assegurar ao contribuinte a efetiva ciência do lançamento, cabendo ao fisco municipal avaliar a modalidade conveniente.

§3º A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§4º A notificação de lançamento conterá:

I— o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;

II— a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

III— o valor, a alíquota e a base de cálculo do tributo;

IV— o prazo para pagamento ou impugnação;

V— demais elementos estipulados em regulamento.

§5º O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I— impugnação procedente do sujeito passivo;

II— recurso de ofício;

III— iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no parágrafo anterior.

§6º A notificação do lançamento de tributos poderá ser realizada através da remessa do carnê no endereço constante do Cadastro Imobiliário Fiscal do Município.

§7º Os erros contidos no procedimento do lançamento e apurados pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa que competir a revisão daquele

Art. 43. Será sempre de 30 (trinta) dias, contados da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado, especificamente nesta lei.

Art. 44. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tem em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 45. É facultado ainda à Gerência de Finanças o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou em decorrência de

ocorrência de fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

Art. 46. A modificação introduzida de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador tenha ocorrido posteriormente à sua introdução.

SEÇÃO II DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO

Art. 47. O lançamento é efetuado:

- I— com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
- II— de ofício, nos casos previstos neste capítulo;
- III— por homologação.

Art. 48. Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

Art. 49. O lançamento é efetuado ou revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

- I— quando a lei assim o determine;
- II— quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;
- III— quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- IV— quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- V— quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo seguinte;

- VI— quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- VII— quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- VIII— quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;
- IX— quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;
- X— quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Gerência de Finanças.

Art. 50. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos em que o sujeito passivo deva antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento e pagamento.

§2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§4º O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§5º Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Gerência de Finanças tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 51. A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas, juros e atualização monetária.

Art. 52. Até o dia 10 (dez) de cada mês os Oficiais do Registro de Imóveis, enviarão ao Município extratos ou comunicações de atos relativos a transmissão e transações de imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo único. Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo das penalidades previstas neste Código, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI inter vivos, a certidão de aprovação do loteamento e Certidão Negativa de Tributos Municipais.

CAPÍTULO III
DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I— a moratória;
- II— o depósito do seu montante integral;
- III— as reclamações e os recursos nos termos deste Código;
- IV— a concessão de medida liminar em mandado de segurança, ou tutela antecipada em demais ações judiciais;
- V— o parcelamento efetivamente deferido pela autoridade fiscal competente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela consequentes.

SEÇÃO II
DA MORATÓRIA

Art. 54. A lei poderá constituir moratória, com a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

Parágrafo único. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Art. 55. A moratória será instituída por lei, concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente.

Parágrafo único. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

Art. 56. A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I— o prazo de duração do favor;
- II— as condições da concessão;
- III— os tributos alcançados pela moratória;
- IV— o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;

- V— as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual

Art. 57. Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Art. 58. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

- I— com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
- II— sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§2º No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SEÇÃO III DO DEPÓSITO

Art. 59. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

- I— quando preferir o depósito à consignação judicial;
- II— para atribuir efeito suspensivo:
 - a) à consulta formulada na forma deste Código;
 - b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

Art. 60. A lei municipal poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

- I— para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;
- II— como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
- III— como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
- IV— em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 61. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

- I— pelo fisco, nos casos de:

- a) lançamento direto;
 - b) lançamento por declaração;
 - c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
 - d) aplicação de penalidades pecuniárias;
- II— pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:
- a) lançamento por homologação;
 - b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
 - c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;
- III— na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
- IV— mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 62. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito na Rede Bancária.

Art. 63. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

- I— em moeda corrente do país;
- II— por cheque;
- III— em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo único. O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário após sua compensação.

Art. 64. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

- I— quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;
- II— quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

SEÇÃO IV DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 65. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

- I— pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- II— pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- III— pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
- IV— pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

CAPÍTULO IV DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66. Extinguem o crédito tributário:

- I— o pagamento;
- II— a compensação;
- III— a transação;
- IV— a remissão;
- V— a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
- VI— a conversão do depósito em renda;
- VII— o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos desta Lei;
- VIII— a decisão administrativa imutável, assim entendida a definitiva na esfera administrativa;
- IX— a decisão judicial transitada em julgado;
- X— a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei.
- XI— a dação em pagamento em bens imóveis, em relação a créditos tributários inscritos ou não na dívida ativa municipal.

SEÇÃO II DO PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO

Art. 67. O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado na rede bancária em moeda corrente ou cheque.

§1º O crédito pago por cheque somente se considera extinto com a compensação na Rede Bancária.

§2º O pagamento é efetuado no órgão arrecadador do Município, sob pena de nulidade, ressalvada a cobrança em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo.

Art. 68. O Poder Executivo poderá conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições estabelecidas em regulamento.

Art. 69. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito ou concorrido para sua efetivação.

Art. 70. É facultada à Administração a cobrança conjunta de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 71. O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, além das penalidades dispostas para cada tipo de tributo desta lei, ficará sujeito também aos seguintes acréscimos:

- I— atualização monetária;
- II— multa moratória;
- III— juros de mora;

§1º A atualização monetária será periodicamente, a critério da administração, visando proteger os tributos municipais em função da variação do poder aquisitivo da moeda, de acordo com os índices oficiais da variação, como o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas do IBGE, nos termos dos dispositivos deste Código, ou através de Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, fixadas pelo Poder Executivo.

§2º Os valores serão atualizados monetariamente mediante aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado da UFRM do mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma Unidade vigente no mês fixado para pagamento, segundo coeficiente aplicável, através do índice do IPCA/IBGE, ou conforme dispuser o sistema de atualização monetária para cada espécie de tributo.

§3º A multa moratória, devida pela ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária, será calculada sobre o valor da obrigação principal, atualizado à data do seu pagamento, à razão de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, não podendo o seu percentual acumulado ultrapassar a 10% (dez por cento).

§4º Os juros de mora serão contados à razão de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados do dia seguinte ao do vencimento sobre o valor do principal atualizado.

§5º Entende-se como valor do principal o que corresponde ao débito, excluídas as parcelas relativas à atualização monetária, multa de mora, juros de mora e multa de infração.

§6º No caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, ou ainda quando tenham sua base de cálculo fixada em Unidades Fiscais, será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos.

§7º No caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando esteja sujeito a recolhimento parcelado, ocorrendo seu pagamento do principal, sem os acréscimos legais que o mesmo esteja sujeito, constituir-se-á a diferença em débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, a ser recolhida após notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 72. Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito, na forma regulamentar, da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais, até o limite da respectiva importância depositada.

Parágrafo único. Caso o depósito de que trata este artigo for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

Art. 73. O ajuizamento de ação fiscal, visando a cobrança de crédito, sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

Art. 74. O recolhimento de tributos em atraso, motivado por culpa ou dolo de servidor, sujeitará este à norma contida no parágrafo único do art. 69 deste Código.

Art. 75. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

- I— quando parcial, das prestações em que se decomponha;
- II— quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 76. O pagamento de tributo efetuado fora do prazo regulamentado não poderá ser efetuado sem a rubrica da autoridade competente, com a emissão de cálculo atualizada.

Art. 77. A imposição de penalidades não desobriga o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 78. O contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, qualquer que seja a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

- I— cobrança ou pagamento espontâneo de tributos indevidos ou maior que o devido, em face da legislação tributária municipal ou de natureza e circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II— erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III— reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§1º O pedido de restituição será instruído com os documentos originais que comprovem a ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

§2º Os valores da restituição a que alude o caput deste artigo serão atualizados monetariamente a partir da data do efetivo recolhimento.

Art. 79. A restituição de tributos que comportem, por natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 80. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Art. 81. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

- I— nas hipóteses dos incisos I e II do art. 78, da data da extinção do crédito tributário;
- II— na hipótese do inciso III do art. 78, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 82. Prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 83. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 84. A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo único. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, em atualização monetária da quantia em questão e na incidência de juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado.

Art. 85. Somente após decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte serão restituídas as importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na repartição fiscal para efeito de discussão.

SEÇÃO III DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO

Art. 86. A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo administrativo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Municipal, sem antecipação de suas obrigações e nas condições fixadas em regulamento.

§1º É competente para autorizar a transação o Gerente de Finanças, mediante despacho fundamentado.

§2º Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito com a gerência de finanças, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas normas regulamentares.

§3º Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira.

§4º O Poder Executivo poderá estabelecer sistemas especiais de compensação e transação, com condições e garantias estipuladas em convênios ou regulamentos, quando o sujeito passivo da obrigação for:

- I— empresa pública ou sociedade de economia mista federal, estadual ou municipal;
- II— estabelecimento de ensino;
- III— empresa de rádio, jornal e televisão;
- IV— estabelecimento de saúde.

§6º O Poder Executivo poderá extinguir ou parcelar, mediante compensação ou transação, débitos de natureza tributária previdenciária, vencidos ou vincendos, em condições especiais constantes de instrumentos próprios ou de regulamentos.

Art. 87. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar transação judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, encerrar o litígio e extinguir o crédito tributário.

Parágrafo único. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo Gerente de Finanças, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

- I— o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;
- II— a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controvertida;
- III— ocorrer erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
- IV— ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;
- V— a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

Art. 88. Para realização da concessão outorgada no artigo anterior, a decisão deverá ser lançada em processo administrativo próprio, demonstrado o interesse da Administração no fim da lide, não podendo ser reduzido o valor principal do crédito tributário.

SEÇÃO IV DA REMISSÃO

Art. 89. A lei poderá autorizar remissão total ou parcial, com base em despacho fundamentado em processo regular, atendendo:

- I— à situação econômica do sujeito passivo;

- II— ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III— à diminuta importância do crédito tributário;
- IV— a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;
- V— a condições peculiares a determinada região do território do Município.

Parágrafo único. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

SEÇÃO V DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Art. 90. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição.

Art. 91. A prescrição é interrompida:

- I— pela citação pessoal feita ao devedor;
- II— pelo protesto feito ao devedor;
- III— por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV— por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
- V— durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

Art. 92. O direito da Gerência de Finanças constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

- I— do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II— da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 93. Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades na forma da lei.

Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

SEÇÃO VI DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 94. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I— declare a irregularidade de sua constituição;
- II— reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III— exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV— declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§1º Extinguem crédito tributário:

- a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- b) a decisão judicial passada em julgado.

§2º Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito previstas nesta lei.

Art. 95. Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

- I— para garantia de instância;
- II— em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo único. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

- I— a diferença a favor da Gerência de Finanças será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;
- II— o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

CAPÍTULO V
DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 96. Excluem o crédito tributário:

- I— a isenção;
- II— a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 97. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração nos termos deste Código.

Art. 98. Salvo disposição legal em contrário, a isenção só atingirá os impostos e contribuições.

Art. 99. A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

Art. 100. A isenção pode ser concedida:

- I— em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;
- II— em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§1º Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

SEÇÃO III DA ANISTIA

Art. 101. A anistia consiste no perdão de infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrangendo exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

- I— aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;
- II— aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e alterações posteriores;
- III— às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 102. A lei que conceder anistia poderá fazê-la:

- I— em caráter geral;
- II— limitadamente:
 - a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
 - b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
 - c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
 - d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§1º Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

TÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES

Art. 103. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias e, em especial, desta lei.

Parágrafo único. Não será passível de penalidade a ação ou omissão que proceder em conformidade com decisão de autoridade competente, nem que se encontrar na pendência de consulta regularmente apresentada ou enquanto perdurar o prazo nela fixado.

Art. 104. Constituem agravantes de infração:

- I— a circunstância da infração depender ou resultar de outra prevista em lei, tributária ou não;
- II— a reincidência;
- III— a sonegação.

Art. 105. Constituem circunstâncias atenuantes da infração fiscal, aquelas previstas na legislação civil, a critério da Gerência de Finanças.

Art. 106. Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de cinco anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 107. A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:

- I— prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;
- II— inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Gerência de Finanças;
- III— alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Gerência de Finanças;
- IV— fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Gerência de Finanças, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Art. 108. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§2º A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 109. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública Municipal, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

Art. 110. São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separada ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

- I— a multa;
- II— a perda de desconto, abatimento ou deduções;
- III— a cassação do benefício da isenção;
- IV— a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;
- V— a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;
- VI— a sujeição a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

Art. 111. A penalidade será sempre pecuniária, e deverá considerar:

- I— as circunstâncias atenuantes;
- II— as circunstâncias agravantes.

§1º Nos casos do inciso I deste artigo, reduzir-se-á a multa prevista em 50% (cinquenta por cento).

§2º Nos casos do inciso II deste artigo, aplicar-se-á, na reincidência, o dobro da penalidade prevista.

Art. 112. Independente das penalidades previstas para cada tributo, serão punidas:

- I— com multa de 5 (cinco) UFRM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, elidirem ou dificultarem a ação da Gerência de Finanças;
- II— com multa de 3 (três) UFRM ou valor equivalente, quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para as quais não tenham sido especificadas penalidades próprias nesta lei.

Art. 113. Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Gerência de Finanças solicitará ao órgão do Ministério Público, e Segurança Pública as providências necessárias à apuração do ilícito penal, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

TÍTULO V DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 114. Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, ainda que imune ou isenta, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de acordo com as formalidades exigidas nesta lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos destinados a complementá-los.

Art. 115. O Cadastro Fiscal da Prefeitura é composto:

- I— do Cadastro Imobiliário Fiscal;
- II— do Cadastro de Atividades Econômico-Sociais, abrangendo:
 - a) atividades de produção;
 - b) atividades de indústria;
 - c) atividades de comércio;
 - d) atividades de prestação de serviços;
- III— de outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.

§1º O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas a inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais, fixando as penalidades aplicáveis a cada caso, limitadas estas a 15 (quinze) UFRM ou valor equivalente, observadas as demais disposições desta Lei.

§2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a União, Estados e outros Municípios, bem como com outras entidades públicas ou privadas, com vistas à ampliação e à operação de informações cadastrais.

LIVRO II DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E OUTRAS RECEITAS

TÍTULO I DOS TRIBUTOS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 116. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 117. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela hipótese de incidência da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

- I— a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- II— a destinação legal do produto da sua arrecadação, salvo no caso de contribuições.

Art. 118. Os tributos que integram o Sistema Tributário Municipal são os seguintes:

- I – impostos;
- II - taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços públicos;
- III – contribuição:
 - a) de melhoria;
 - b) cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social;
 - c) para o custeio do serviço de iluminação pública.

§1º Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§2º Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§3º Contribuição de melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

§4º As contribuições previstas nas alíneas “b” e “c” do inciso III deste artigo serão instituídas e regulamentadas por legislação específica.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 119. Ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, de legislação complementar ao texto constitucional, o Município tem competência legislativa plena quanto a incidência, arrecadação e fiscalização de seus tributos.

Art. 120. A competência tributária é indelegável.

CAPÍTULO III DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 121. É vedado ao Município:

- I— exigir ou majorar tributo sem que a lei o estabeleça;
- II— instituir tratamento desigual entre contribuições que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- III— cobrar tributos:
 - a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
 - b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- IV— utilizar tributo com efeito de confisco;
- V— estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;
- VI— cobrar imposto sobre:
 - a) o patrimônio ou serviços da União, dos Estados e outros Municípios;
 - b) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
 - c) templos de qualquer culto;
 - d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;
- VII— estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua competência ou destino.

§1º A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§2º As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§3º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§4º O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, assecuratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§5º O disposto na alínea "b" do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

- a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§6º No caso do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, quando reconhecida a imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais previstas em lei.

§7º Na falta do cumprimento do disposto nos §§ 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, o Município, através de ato do Poder Executivo pode suspender a aplicação do benefício.

Art. 122. Extingue-se a imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único. Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes à entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

Art. 123. A imunidade não abrangerá as taxas devidas a qualquer título.

Art. 124. A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

CAPÍTULO IV DOS IMPOSTOS

Art. 125. Os impostos de competência do Município são os seguintes:

- I— Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- II— Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- III— Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis.

TÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 126. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, dos serviços previstos na lista a seguir descrita, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento de dados e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

- 4.04 – Instrumentação cirúrgica.
 - 4.05 – Acupuntura.
 - 4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
 - 4.07 – Serviços farmacêuticos.
 - 4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
 - 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
 - 4.10 – Nutrição.
 - 4.11 – Obstetrícia.
 - 4.12 – Odontologia.
 - 4.13 – Ortóptica.
 - 4.14 – Próteses sob encomenda.
 - 4.15 – Psicanálise.
 - 4.16 – Psicologia.
 - 4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
 - 4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
 - 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
 - 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
 - 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
 - 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
 - 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
- 5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
 - 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
 - 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
 - 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
 - 5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
 - 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
 - 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
 - 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
 - 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

- 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
- 6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
 - 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
 - 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
 - 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
 - 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
 - 6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.
- 7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
 - 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
 - 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
 - 7.04 – Demolição.
 - 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
 - 7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
 - 7.08 – Calafetação.
 - 7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
 - 7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
 - 7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
 - 7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
 - 7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

- 7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
- 7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
- 7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- 7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
- 7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
- 7.19 -Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
- 7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
- 8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
- 8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
- 8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
- 9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
- 9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
- 9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
- 9.03 – Guias de turismo.
- 10 – Serviços de intermediação e congêneres.
- 10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
- 10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
- 10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
- 10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).
- 10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
- 10.06 – Agenciamento marítimo.
- 10.07 – Agenciamento de notícias.
- 10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

- 10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
- 10.10 – Distribuição de bens de terceiros.
- 11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
 - 11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
 - 11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
 - 11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.
 - 11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
- 12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
 - 12.01 – Espetáculos teatrais.
 - 12.02 – Exibições cinematográficas.
 - 12.03 – Espetáculos circenses.
 - 12.04 – Programas de auditório.
 - 12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
 - 12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.
 - 12.07 – **Shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
 - 12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.
 - 12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
 - 12.10 – Corridas e competições de animais.
 - 12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
 - 12.12 – Execução de música.
 - 12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
 - 12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
 - 12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
 - 12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
 - 12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
- 13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
 - 13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – Franquia (**franchising**).

17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12 – Leilão e congêneres.

17.13 – Advocacia.

17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15 – Auditoria.

17.16 – Análise de Organização e Métodos.

17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.20 – Estatística.

17.21 – Cobrança em geral.

17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

- 25.03 – Planos ou convênio funerários.
- 25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
- 26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.
 - 26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.
- 27 – Serviços de assistência social.
 - 27.01 – Serviços de assistência social.
- 28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
 - 28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
- 29 – Serviços de biblioteconomia.
 - 29.01 – Serviços de biblioteconomia.
- 30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
 - 30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
 - 31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 32 – Serviços de desenhos técnicos.
 - 32.01 - Serviços de desenhos técnicos.
- 33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
 - 33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
 - 34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
 - 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 36 – Serviços de meteorologia.
 - 36.01 – Serviços de meteorologia.
- 37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
 - 37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 38 – Serviços de museologia.
 - 38.01 – Serviços de museologia.
- 39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

§1º O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§2º Ressalvadas as exceções expressas na Lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 127. A incidência do imposto independe:

- I— da existência de estabelecimento fixo;
- II— do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas a atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- III— do resultado financeiro ou do pagamento do serviço prestado;
- IV— da destinação dos serviços.

Art. 128 O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 126 desta Lei Complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberta e outras estruturas, no caso dos serviços descritos nos subitens 3.04 da lista;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista;

IV - da demolição no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso de serviços descritos nos subitens 7.09 da lista;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos,

imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista;

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encosta e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto 12.13, da lista;

XVII - do município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento onde ele estiver domiciliados, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descrito pelo subitem 17.09 da lista; e

XX - do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descrito pelo item 20 da lista.

§1º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas, independente do cumprimento de formalidades legais ou regulamentares.

§2º No caso dos serviços a que se refere os subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§3º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se

ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Art. 129. Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

- I— manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à manutenção dos serviços;
- II— estrutura organizacional ou administrativa;
- III— inscrição nos órgãos previdenciários;
- IV— indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
- V— permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividades de prestação de serviços, exteriorizada por elementos tais como:
 - a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;
 - b) locação de imóvel;
 - c) realização de propaganda ou publicidade no Município ou com referência a ele;
 - d) fornecimento de energia elétrica em nome do prestador ou seu representante.

Art. 130. Será ainda devido o imposto neste Município, nos seguintes casos:

- I— quando o prestador do serviço utilizar-se de estabelecimento situado no seu território, seja sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras denominações que venham a ser utilizadas;
 - II— quando a execução de obras de construção civil se localizar no seu território;
 - III— quando o prestador do serviço, ainda que nele não domiciliado, venha exercer atividades no seu território, em caráter habitual, permanente ou temporário;
 - IV— quando os serviços forem prestados por empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações, sempre que houver contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário do serviço.
- I— Art. 131. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços quando constatado a ocorrência das situações descritas no art. 128 desta lei.

CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 132. O imposto não incide sobre:

- I - as exportações de serviços para o exterior do País;
- II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos

diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-elegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios, relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO III DA BASE DE CÁLCULO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 133. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços é o preço do serviço.

Parágrafo único. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de Municípios limítrofes, o cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza ou ao número de postes existentes em cada Município.

Art. 134. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada, frete ou despesas, inclusive com tributos.

§1º Incluem-se na base de cálculo quaisquer valores percebidos pela prestação do serviço, inclusive os decorrentes de acréscimos contratuais, multas ou outros que onerem o preço do serviço.

§2º Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

§3º Os descontos ou abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço, quando previamente contratados.

§4º Os valores despendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie, constituem parte integrante do preço.

§5º Incluem-se também na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviço, inclusive as relacionadas com a retenção periódica de valores recebidos.

§6º A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção de financiamento, ainda que cobrados em separado.

§7º Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante de sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§8º Na falta de preços, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

§9º O valor mínimo da prestação de serviços, inclusive da mão-de-obra da construção civil, poderá ser fixado em pauta fiscal expedida pelo Município, sujeita a modificações a qualquer tempo para a inclusão ou exclusão de serviços, inclusive atualização de valores.

§10 Através de processo regular, o preço dos serviços poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal nas seguintes hipóteses, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

I - Não exibição ao fisco, dos elementos necessários à comprovação do preço, incluídos os casos de perda ou extravio de livros ou documentos fiscais comprobatórios;

II - Quando houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não reflitam o preço real da prestação dos serviços, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao corrente na praça;

III - Quando o sujeito passivo não estiver inscrito na repartição fiscal competente.

IV - Quando o sujeito passivo deixar de apresentar Declaração Mensal de Serviços, em modelo estabelecido por regulamento do Poder Executivo.

Art. 135. No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular sediada fora do Município, a base de cálculo compreenderá, no mínimo, todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.

Art. 136. O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento do usuário do serviço.

Art. 137. O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

Art. 138. Quando a contraprestação se verificar através da troca de serviços ou o seu pagamento for realizado mediante o fornecimento de mercadorias, o preço do serviço para cálculo do imposto será o preço corrente, na praça, desses serviços ou mercadorias.

Art. 139. Nas demolições, inclui-se nos preços dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

SEÇÃO II DAS DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO

Art. 140. Na prestação dos serviços referente aos subitens 7.02, 7.05, da lista constante no art. 126 desta lei, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidos as parcelas correspondentes aos valores dos materiais fornecidos pelo prestador.

Parágrafo único. Na hipótese de não comprovação do valor total dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço, considerar-se-á, para efeito de tributação, os valores definidos na tabela anexa desta lei.

Art. 141. Na execução de obras por incorporação imobiliária, quando o construtor cumular sua condição com a de proprietário promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais a base de cálculo será o valor do financiamento ou do empreendimento, incidindo imposto sobre 30% (trinta por cento) das parcelas efetivamente recebidas.

Art. 142. O Poder Executivo disciplinará em regulamento o controle, a operacionalidade e a forma de usufruir as disposições desta seção.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO FIXA

Art. 143. Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, a critério do fisco, o imposto será calculado por valor fixo anual estimado, conforme tabela anexa a esta Lei, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes.

§1º Considera-se prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o simples fornecimento de trabalho relativos às atividades compreendidos nos itens 4.01, 4.06, 4.08, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 5.01, 6.01, 7.01, 17.13 e 17.18, da lista de serviços constante desta Lei, que seja prestado por profissional autônomo que não tenha sócio ou a seu serviço, empregado da mesma qualificação profissional, podendo ainda, ser disciplinado por portaria do Gerente de Finanças, extensivo a outros profissionais similares.

§2º Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte, o serviço prestado por firmas individuais, nem o que for prestado em caráter permanente, sujeito a normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo.

§3º Os serviços prestados por veículos de aluguel (táxi, moto-táxi e transporte de cargas) serão tributados com valor fixo anual, conforme tabela anexa a esta Lei.

§4º. O imposto calculado através de valor fixo anual estimado, terá vencimento no dia 10 de fevereiro de cada ano, podendo ser pago em 10 (dez) parcelas mensais, que terão vencimento todo dia 10 (dez) de cada mês, iniciando-se em 10 de fevereiro, com término em 10 de novembro do ano do exercício fiscal, cujo valor poderá, a critério do fisco, ser convertido em UFRM.

§5º Para pagamento em uma única parcela, desde que efetuado até o dia 10 de fevereiro do ano de exercício fiscal, será concedido desconto de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do imposto.

§6º Para caso de pagamento das parcelas, efetuado até o dia do vencimento, será concedido desconto de 10% (dez por cento).

§7º Para o caso de pagamento parcelado, o valor de cada parcela, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a 02 (duas) UFRM.

Art. 144. Quando se tratar de prestação de serviços de diversão pública, na modalidade de jogos em aparelhos, máquinas ou equipamentos, mediante a venda de fichas, o imposto poderá ser

pago a critério da autoridade administrativa, através de valor fixo, em razão do número de aparelhos utilizados no estabelecimento.

CAPÍTULO IV DAS ALÍQUOTAS

Art. 145. A alíquotas do imposto Sobre Serviço de qualquer Natureza são aquelas definidas na tabela anexa a esta Lei.

Parágrafo único. Excetuam-se das alíquotas os casos que, a critério do fisco, serão tributados por valor fixo anual, cujos valores são aqueles indicados pela tabela anexa.

CAPÍTULO V DO SUJEITO PASSIVO

SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 146. O contribuinte do ISS é o prestador de serviço.

§1º Considera-se prestador do serviço o profissional autônomo ou a empresa que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades referidas na lista de serviços do art. 126 desta Lei.

§2º Para os efeitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, entende-se por:

- I— profissional autônomo, toda pessoa física que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício;
- II— empresa:
 - a) toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade prestadora de serviço, inclusive as organizadas sob a forma de cooperativas;
 - b) toda pessoa física ou jurídica não incluída na alínea anterior, que instituir empreendimento para serviço com interesse econômico;
 - c) o condomínio que prestar serviços a terceiros.

SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL

Art. 147. São solidariamente obrigados perante a Gerência de Finanças, quanto ao imposto relativo aos serviços em que forem parte, aqueles que tenham interesses comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.

§1º A obrigação solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

§2º O proprietário do imóvel, o responsável pela obra, o empreiteiro e o subempreiteiro, respondem solidariamente com o contribuinte, em relação aos serviços de construção civil e congêneres que lhes forem prestados sem a comprovação de documentação fiscal correspondente e sem prova de pagamento do imposto devido pelo prestador de serviços;

§4º É responsável solidário a pessoa natural ou jurídica que se utilizar de serviços de empresas ou profissionais autônomo, solidariamente com o prestador do serviço, quando dele não exigir:

a) comprovação de inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas da prefeitura;

b) emissão de nota fiscal, nos casos em que o prestador do serviço esteja obrigado a emitila por disposição legal.

§5º Quando o prestador do serviço não emitir ou não puder emitir documento fiscal próprio para a operação, ou deixar de comprovar sua inscrição cadastral, a fonte pagadora do serviço reterá o montante do imposto devido e o recolherá até o prazo assinado no calendário fiscal, que será estabelecido por regulamento.

Art. 148. São também solidariamente responsáveis com o prestador do serviço:

I— o proprietário do estabelecimento ou veículo de aluguel para frete ou de transporte coletivo no território do Município;

II— o proprietário da obra;

III— os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas, de construção civil de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiros estabelecidos ou não no Município;

IV— os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de subcontratadas, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra contratante;

V— os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens pelo o imposto devido pelos construtores ou empreiteiros;

VI— os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no Município e relativo à exploração desses bens;

VII— os que efetuarem pagamentos de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas operações;

VIII— os que utilizarem serviços de empresas, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documentos fiscal idôneo;

- IX— os que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição;
- X— as empresas administradoras de cartão de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados localizados no Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas emitidos;
- XI— as companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências de viagens e operadoras turísticas, relativas às vendas de passagens áreas.
- XII - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

§1º A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante o pagamento:

- I— do imposto retido das pessoas físicas, com valor obtido pela alíquota estabelecida na tabela anexa desta lei aplicável sobre o preço do serviço prestado;
- II— do imposto retido das pessoas jurídicas, calculado com base no preço do serviço prestado, com a alíquota estabelecida na tabela anexa desta lei;
- III— do imposto incidente, nos demais casos.

§2º A responsabilidade prevista é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção, inclusive no que se refere a multa e acréscimos legais.

SEÇÃO III DA RETENÇÃO DO ISSQN

Art. 149. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte pelos tomadores dos serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro de Atividades Econômicas do Município, que são responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto devido na condição de substituto tributário, nos casos de serviços tomados por:

- I. órgãos da Administração Direta da União, Estado e Municípios, bem como suas Autarquias, Empresas Públicas, concessionárias de serviços públicos, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município, ou cuja atuação implique em tributação pelo ISS;
- II. estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- III. empresas de rádio, televisão e jornal;
- IV. incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;

- V. as empresas de cooperativas, os conselhos regionais, os sindicatos de classe, as associações e clubes recreativos;
- VI. armazéns em geral e silos;
- VII. os shoppings centers ou similares;
- VIII. as empresas de supermercados e hipermercados;
- IX. as empresas importadoras e exportadoras, as empresas distribuidoras de petróleo e as empresas de destilaria e usina de álcool e açúcar;
- X. empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica, odontológica e hospitalar através de planos de medicina de grupos ou convênios e os hospitais e clínicas privadas;
- XI. as empresas que atuam no ramo de informática;
- XII. as empresas de transportes e terrestre de passageiros;
- XIII. os condomínios;
- XIV. as empresas administradoras de consórcio;
- XV. as agências, lojas e concessionárias de veículos;
- XVI. as revendedoras de implementos e insumos agrícolas;
- XVII. os produtores rurais;
- XVIII. as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive aposta;
- XIX. as operadoras turísticas;
- XX. as agências de propaganda;
- XXI. as instituições de ensino;
- XXII. as empresas comerciais e/ou industriais, atuantes no ramo de laticínio, agropecuária, curtume, reflorestamento, produção e beneficiamento de óleo e atividades similares ou congêneres.
- XXIII. todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados ou que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuintes do ISS.

§1º Nos casos previstos neste artigo, a fonte pagadora ficará desobrigada a promover a retenção, bem como, cessará sua responsabilidade solidária, quando o prestador comprovar o recolhimento do respectivo imposto, devendo, porém, manter cópia do respectivo comprovante para fins de fiscalização.

§2º A retenção do imposto será realizada no ato do respectivo pagamento da prestação do serviço, através do Documento de Arrecadação Municipal, que deverá ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

§3º Os tomadores de serviço que realizarem a retenção, deverão entregar até o dia 05, do mês subsequente ao fato gerador, Declaração Mensal de Serviços, realizada conforme regulamentação específica pelo Município.

Art. 150. Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS, fornecerão ao prestador de serviço recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficam obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento.

Art. 151. Os contribuintes do ISS registrarão, no livro de registro de notas fiscais de serviços prestados ou nos demais controles de pagamento, os valores que lhe foram retidos na fonte pagadora.

CAPÍTULO VI DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 152. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços estão obrigadas ao cumprimento das obrigações deste título.

Art. 153. As obrigações acessórias constantes deste título não excetuam outras de caráter geral comuns a outros tributos previstos na legislação.

Art. 154. O contribuinte poderá ser autorizado a utilizar-se de regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.

CAPÍTULO VII DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

Art. 155. Todas as pessoas físicas ou jurídicas com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista de serviços prevista nesta Lei, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas do Município.

Parágrafo único. A inscrição no cadastro a que se refere este artigo será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento, nos seguintes prazos:

- I— até 30 (trinta) dias após o registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoa jurídica;
- II— antes do início da atividade, no caso de pessoa física.

Art. 156. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implica aceitação pela Gerência de Finanças, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 157. A obrigatoriedade da inscrição estende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Art. 158. O contribuinte é obrigado a comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade, inclusive mudança de endereço e de sócio, e qualquer alteração cadastral, no prazo e na forma do regulamento.

§1º No caso de não haver movimento tributável por período superior a dois anos consecutivos, e, não sendo encontrado no endereço fornecido para tributação, a inscrição poderá ser excluída do Cadastro Municipal de Atividades Econômicas.

§2º A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 159. É facultado à Gerência de Finanças promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

CAPÍTULO VIII DAS DECLARAÇÕES FISCAIS

Art. 160. Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados, exigidas na forma e nos prazos que dispuser o regulamento.

Art. 161. Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços ficam obrigados a apresentar declaração de dados, de acordo com o que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO IX DO LANÇAMENTO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 162. O lançamento do Imposto Sobre Serviços será feito conforme disposições desta lei e na forma e prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mobiliário de Contribuintes.

Art. 163. O lançamento do Imposto Sobre Serviços será feito:

- I— mediante declaração do próprio contribuinte, devidamente protocolada, especialmente através da nota fiscal de serviços;
- II— de ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa;

III— por homologação.

§ 1º Será de ofício, quando em consequência do levantamento fiscal ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto.

§ 2º Quando constatado qualquer infração tributária prevista nesta lei, o lançamento da multa pecuniária será feito através do respectivo auto de infração.

Art. 164. O preço de determinados serviços poderá ser fixado pela autoridade competente, da seguinte forma:

- I— em pauta que reflita o corrente na praça;
- II— mediante estimativa;
- III— por arbitramento nos casos especificamente previstos.

SEÇÃO II DA ESTIMATIVA

Art. 165. O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade administrativa, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

- I— quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II— quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- III— quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;
- IV— quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhem tratamento fiscal específico, a exclusivo critério da autoridade competente.

§1º No caso do inciso I deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§2º Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente, sob pena de inscrição em dívida ativa, imediata execução judicial e suspensão do respectivo alvará de localização e funcionamento.

Art. 166. Para a fixação da base de cálculo estimada, a autoridade competente levará em consideração, conforme o caso:

- I— o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
- II— o preço corrente dos serviços;
- III— o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;

- IV— a localização do estabelecimento;
- V— as informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidade de classe diretamente vinculadas à atividade.

§1º A base de cálculo estimada poderá, ainda, considerar o somatório dos valores das seguintes parcelas:

- a) o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- b) folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
- c) aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos, computado ao mês ou fração;
- d) despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

§2º O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da autoridade competente, ser feito individualmente, por categorias de contribuintes e grupos ou setores de atividade.

§3º Poderá, a qualquer tempo e a critério da autoridade fiscal, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

Art. 167. O valor da estimativa será sempre fixado para período determinado e servirá como limite mínimo de tributação.

Art. 168. Independente de qualquer procedimento fiscal, sempre que o preço total dos serviços exceder o valor fixado pela estimativa, fica o contribuinte obrigado a recolher o imposto pelo movimento econômico real apurado.

Art. 169. O valor da receita estimada será automaticamente corrigido nas mesmas datas e proporções em que ocorrer reajuste ou aumento do preço unitário dos serviços.

Art. 170. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, conforme dispuser o regulamento.

Art. 171. Findo o exercício ou o período a que se refere à estimativa ou, ainda, suspensa à aplicação deste regime, apurar-se-ão as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte.

Parágrafo único. Verificada qualquer diferença entre o imposto estimado e o efetivamente devido, deverá ser recolhida no prazo previsto em regulamento.

SEÇÃO III DO ARBITRAMENTO

Art. 172. A autoridade administrativa lançará o valor do imposto, a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:

- I— o sujeito passivo não possuir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de utilização obrigatória;
- II— o sujeito passivo, depois de intimado, deixar de exhibir os documentos necessários à fiscalização das operações realizadas;
- III— serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não mereçam fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo, ou quando estes não possibilitem a apuração da receita;
- IV— existência de atos qualificados como crimes ou contravenções ou, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação; evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;
- V— não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé;
- VI— exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;
- VII— prática de sub-faturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
- VIII— flagrante insuficiência do imposto pago em face do volume dos serviços prestados;
- IX— serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

Parágrafo único. O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art. 173. Quando o imposto for calculado sobre a receita bruta arbitrada, poderá o fisco considerar:

- I— os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo sujeito passivo em outros exercícios, ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
- II— as peculiaridades inerentes à atividade exercida;
- III— os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
- IV— o preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração.

§1º A receita bruta arbitrada poderá ter ainda como base de cálculo, o somatório dos valores das seguintes parcelas:

- I. o valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- II. folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
- III. aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos computado ao mês ou fração;
- IV. despesa com o fornecimento de água, energia, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

§2º Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

CAPÍTULO X DO PAGAMENTO

Art. 174. O Imposto Sobre Serviços será recolhido:

- I— por meio de boleto emitido pela Gerência de Finanças, ou através de guia preenchida pelo próprio contribuinte, no caso de auto-lançamento, conforme modelo e prazo estabelecidos pelo fisco;
- II— por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente, nos prazos e condições constantes da própria notificação;

§1º No caso de notificação de lançamento, o pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega da notificação ao contribuinte.

§2º É facultado ao Fisco, tendo em vista a regularidade de cada atividade, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, em cada operação, ou por estimativa em relação aos serviços de determinado período.

§3º Nos meses em que não registrar movimento econômico, o sujeito passivo deverá comunicar, em guia própria, a inexistência de receita tributável em cada mês ou período de incidência do imposto.

Art. 175. A falta da retenção do imposto implica em responsabilidade pelo valor do imposto devido, além das penalidades previstas nesta lei.

Art. 176. A retenção será correspondente ao valor do imposto devido e deverá ocorrer no ato do pagamento da prestação do serviço, fazendo-se o recolhimento aos cofres da Fazenda Pública Municipal, na forma e nos prazos que o Poder Executivo estabelecer.

Art. 177. Nas obras por administração e nos serviços cujo faturamento dependa da aprovação pelo contratante da medição efetuada, o mês de competência será o seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO XI DA ESCRITURAÇÃO FISCAL

Art. 178. Os contribuintes sujeitos ao imposto são obrigados a:

- I— manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados;
- II— emitir notas fiscais dos serviços prestados, ou outro documento exigido pelo Fisco, por ocasião da prestação de serviços.

§1º O regulamento disporá sobre a dispensa da manutenção de determinados livros e documentos, tendo em vista a natureza dos serviços.

§2º Os prestadores de serviços ficam obrigados a inscrever na nota de prestação de serviços a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISS.

Art. 179. Os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos, a serem obrigatoriamente utilizados pelos contribuintes, serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO XII DO PROCEDIMENTO FISCAL RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 180. O procedimento fiscal relativo ao Imposto Sobre Serviços terá início com:

- I— Ordem de serviço (OS), expedida pelo Gerente de Finanças, com determinação para início da fiscalização e adoção dos procedimentos descritos nos incisos II a VI, deste artigo.
- II— a lavratura do termo de início de fiscalização;
- III— a notificação e/ou intimação de apresentação de documento;
- IV— a lavratura do auto de infração;
- V— a lavratura de termos de apreensão de livros ou documentos fiscais;
- VI— a prática, pela Administração, de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias, cientificando o contribuinte.

§1º O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, em relação aos atos acima e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§2º O ato referido no inciso II valerá por 90 (noventa) dias, prorrogável por até mais 2 (dois) períodos sucessivos, com qualquer ato escrito que indique o prosseguimento da fiscalização.

§3º A exigência do crédito tributário, inclusive multas, será formalizada em notificação de lançamento ou auto de infração, que conterão os requisitos especificados nesta lei.

CAPÍTULO XIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 181. Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária que importe em inobservância, por parte da pessoa física ou jurídica, de normas estabelecidas nesta lei, em regulamento ou pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

Parágrafo único. A responsabilidade por infrações independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 182. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

- I— multa de importância igual a 15 (quinze) UFRM ou valor equivalente, no caso de falta de comunicação da inexistência de receita tributável no prazo previsto para recolhimento do tributo;
- II— multa de importância igual a 10 (dez) UFRM ou valor equivalente, nos casos de:
 - a) não comparecimento à repartição própria do Município para solicitar inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotação das alterações ocorridas;
 - b) inscrição ou alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento ou transferência de ramo de atividade, após o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do evento;

III - multa de importância igual a 20 (vinte) UFRM, por infração nos casos de:

- a) falta de livros e documentos fiscais;
- b) falta de autenticação de livros e documentos fiscais;
- c) uso indevido de livros e documentos fiscais;
- d) dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;
- e) falta de número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;
- f) escrituração atrasada ou em desacordo com o regulamento;
- g) falta, erro ou omissão de declaração de dados;
- h) não apresentação das informações mensais sobre a movimentação econômica na forma prevista em regulamento, por mês que deixar de apresentar.

IV - multa de importância igual a 30 (trinta) UFRM, por infração nos caso de:

- a) falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;
- b) recusa de exibição de livros, notas e documentos fiscais, ou de prestação de esclarecimentos e informações de interesse do fisco;
- c) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais, exceto nos casos previstos em regulamento;
- d) constatação de movimento tributável diferente da Declaração Mensal de Serviço, sem prejuízo das demais cominações legais;

V - multa de importância igual a 50 (cinquenta) UFRM, por infração nos casos de:

- a) impressão sem autorização prévia da Administração Tributária, aplicável ao impressor e ao usuário, em função da modalidade de notas fiscais introduzidas e exigidas pelo Fisco Municipal, aplicada sobre cada nota;
- b) impressão de documentos fiscais em desacordo com os modelos aprovados aplicável ao impressor e ao usuário, em decorrência da modalidade de notas fiscais exigidas pelo Fisco Municipal, aplicada sobre cada nota;
- c) fornecimento, posse ou guarda de documentos fiscais quando falsos, aplicável ao impressor e ao usuário, aplicada sobre cada documento;
- d) inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros e documentos por 05 (cinco) anos, não comunicada na forma regulamentar, aplicado sobre cada documento;
- e) falta de apresentação de informação econômico-fiscal de interesse da Administração Tributária, aplicada por mês;
- f) adulteração e outros vícios que influenciem a apuração de crédito fiscal, por período de apuração;
- g) emissão e expedição de nota fiscal de outro documento, previsto em lei, com duplicidade de numeração em bloco diverso, aplicada sobre cada nota;
- h) preço diferente ou diverso nas vias da nota fiscal da mesma numeração e série, aplicada sobre cada nota;
- i) declaração, no documento fiscal, de preço inferior ao valor real da operação, aplicada sobre cada documento;
- j) utilização de notas fiscais sem a devida autorização da repartição fiscal competente, aplicada sobre cada nota;
- k) utilização de notas fiscais com prazo de validade vencido, aplicada sobre cada nota;
- l) adulteração de livros e documentos fiscais que resultem ou possam resultar em falta de recolhimento de tributos, aplicada sobre cada documento;
- m) falta de emissão de nota fiscal ou outro documento exigido pelo fisco, aplicada sobre cada nota ou documento;

VII— multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto, no caso de, estando em condição de contribuinte substituto, não realizar a retenção do imposto devido, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 71 deste Código;

VIII— multa de importância igual a 100% (cem por cento) do imposto, no caso de, após feita a retenção de imposto na condição de substituto tributário, deixar de fazer o respectivo recolhimento do imposto retido, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 71 deste Código e demais sanções cabíveis;

IX— multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto, em caso de não recolhimento, no todo ou em parte, do imposto devido, apurado em procedimento fiscal.

Parágrafo único: Nas hipóteses deste artigo em que não haja movimento tributável para apuração da penalidade no período analisado, aplicar-se-á o cálculo sobre o valor da média apurada nos 06 (seis) últimos meses.

Art. 183. Aos contribuintes infratores, após o devido processo fiscal-administrativo, poderá ser aplicada a pena de "Proibição de Contratar com a Administração Pública Municipal", estendida inclusive com suas Autarquias e Fundações.

§1º A proibição de transacionar compreende a participação em licitação pública, bem como a celebração de contrato de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

§2º A declaração será feita depois de decorridos trinta dias do trânsito em julgado da decisão condenatória no processo fiscal, desde que o contribuinte infrator não tenha feito prova da quitação do débito ou não ajuíze ação judicial para anulação do crédito tributário.

Art. 184. O contribuinte que, repetidamente, cometer infração às disposições da presente lei poderá ser submetido, por ato do Gerente de Finanças, a sistema especial de controle e fiscalização, conforme definição em regulamento.

Art. 185. Os débitos com a Gerência de Finanças serão atualizados nos moldes descritos neste Código.

Parágrafo único. Em havendo extinção ou substituição dos mecanismos utilizados, proceder-se-á de maneira idêntica com relação aos créditos do Município, no que se refere à atualização monetária.

Art. 186. A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.

§1º Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pelo mesmo contribuinte, dentro de 05 (cinco) anos contados da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irreversível na esfera administrativa, relativamente à infração anterior.

§2º O contribuinte reincidente poderá ser submetido a sistema especial de fiscalização.

Art. 187. No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Parágrafo único. No caso de enquadramento em mais de um dispositivo legal de uma mesma infração tributária será aplicada a de maior penalidade.

CAPÍTULO XIV DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 188. A prova de quitação do Imposto Sobre Serviços é indispensável para:

- I— a expedição do visto de conclusão (habite-se) de obras de construção civil;
- II— o recebimento de obras e/ou serviços contratados com o Município.

TÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 189. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, a posse ou o domínio útil, a qualquer título, de bem imóvel, por natureza ou por acessão física como definida na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

§1º Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana àquela definida em lei municipal, observada a existência de, pelo menos 02 (dois) dos seguintes incisos construídos ou mantidos pelo poder público:

- I— meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II— abastecimento de água;
- III— sistema de esgotos sanitários;
- IV— rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V— escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§2º Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de glebas ou de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados a habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora da zona definida nos termos do parágrafo anterior.

Art. 190. Contribuinte do imposto é o proprietário, o possuidor do imóvel ou o detentor do domínio útil a qualquer título.

§1º Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitados na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.

§2º O imposto é anual e, na forma da lei civil, transmite-se aos adquirentes do imóvel, no caso de transação imobiliária que tenha, eventualmente, sido efetivada sem o pagamento do imposto devido.

Art. 191. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide tanto sobre imóveis sem edificações quanto imóveis com edificações.

Art. 192. Considera-se terreno:

- I— o imóvel sem edificação;
- II— o imóvel com edificação em andamento ou cuja obra esteja paralisada, bem como condenada ou em ruínas;
- III— o imóvel cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;
- IV— o imóvel com edificação, considerada a critério da administração como inadequada, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma;

V— o imóvel que contenha edificações com valor não superior à 20ª (vigésima) parte do valor do terreno.

Art. 193. Consideram-se prédios:

I— todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino, desde que não compreendido no artigo anterior;

II— os imóveis com edificações em loteamentos aprovados e não aceitos, ou independente da aceitação, segundo os mesmos princípios do parágrafo 5º, artigo 196 deste Código.

III— os imóveis edificados na zona rural, quando utilizados em atividades comerciais, industriais e outras com objetivos de lucro, diferentes das finalidades necessárias para a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

Art. 194. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO

Art. 195. A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória e far-se-á a pedido ou de ofício, devendo ser instruída com os elementos necessários para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, tendo sempre como titular o proprietário ou possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. A cada unidade imobiliária autônoma caberá uma inscrição.

CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO

Art. 196. Far-se-á o lançamento em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado na repartição.

§1º Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.

§2º Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.

§3º Os imóveis pertencentes a espólio, durante a tramitação do respectivo inventário, serão lançados em nome do mesmo, até que se façam possíveis modificações quanto ao domínio e propriedade perante o cadastro municipal.

§4º No caso de imóveis objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um e outro solidários e responsáveis pelo pagamento do tributo.

§5º Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados em nome do próprio promitente vendedor ou incorporador, por lotes resultantes da subdivisão, ou poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.

§6º Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados os imóveis que tenham projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.

CAPÍTULO IV DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 197. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 198. O Imposto Predial e Territorial Urbano será devido anualmente e calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis respectivos, das alíquotas estabelecidas na tabela anexa desta lei.

Parágrafo único. Para fins de aplicação da tributação progressiva do imposto, conforme disposto no art. 182 da Constituição Federal, o Município promoverá a edição de conjunto normativo que disponha sobre o Plano Diretor Municipal.

Art. 199. O valor venal dos imóveis será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando em conta os seguintes elementos:

- I— para os terrenos:
 - a) o valor declarado pelo contribuinte;
 - b) o índice de valorização correspondente à região em que esteja situado o imóvel;
 - c) os preços dos terrenos nas últimas transações de compra e venda;
 - d) a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;
 - e) a existência de equipamentos urbanos, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação, limpeza pública e outros melhoramentos implantados pelo Poder Público;
 - f) quaisquer outros dados informativos obtidos pela Administração e que possam ser tecnicamente admitidos;
- II— no caso de prédios:
 - a) a área construída;
 - b) o valor unitário da construção;

- c) o estado de conservação da construção;
- d) o valor do terreno, calculado na forma do inciso anterior.

§1º O valor venal que servirá de base de cálculo para o lançamento do imposto será apurado e atualizado anualmente pelo Executivo, na forma em que dispuser a regulamentação.

§2º Não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo do imposto.

Art. 200. Ato do Poder Executivo definirá o valor venal dos imóveis realizado com base na Planta de Valores Imobiliários, elaborada por comissão da qual participarão, entre outros, de representantes do órgão de defesa do consumidor, da classe empresarial e dos setores da construção civil e do mercado imobiliário, além de um representante do Poder Legislativo Municipal.

§1º Quando houver desapropriação de terrenos, o valor atribuído por metro quadrado da área remanescente poderá ser idêntico ao valor estabelecido em juízo, devidamente corrigido, de acordo com a legislação em vigor.

§2º Todas e quaisquer alterações que possam modificar as bases de cálculo deverão ser comunicadas à Administração Municipal, sob pena de incorrer o contribuinte, nas sanções previstas nesta Lei.

§3º Para efeito de apuração do valor venal, será deduzida a área que for declarada de utilidade pública para desapropriação pelo Município, pelo Estado ou pela União.

CAPÍTULO V DO PAGAMENTO

Art. 201. O recolhimento do imposto será feito nos prazos e condições constantes da respectiva notificação ou do regulamento.

§1º O pagamento será efetuado através da rede bancária autorizada.

§2º O atraso nos pagamentos acarretará ao contribuinte os seguintes acréscimos:

- a) atualização monetária
- b) juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração;
- c) multa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, até o limite de 10% (dez por cento).

Art. 202. A Administração, no interesse da arrecadação, poderá conceder descontos em razão do pagamento do imposto até a data do vencimento, tanto da parcela única quanto de parcelas, até o limite de 20 % (vinte por cento), na forma em que dispuser ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A critério da administração, o imóvel que possuir muro e calçada poderá ter direito aos seguintes descontos, calculados sobre o valor do imposto:

- I— muro: desconto de 15% (quinze por cento);
- II— calçada: desconto de 15% (quinze por cento).

CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 203. Para as infrações, serão aplicadas penalidades à razão de percentuais sobre o valor venal do imóvel, da seguinte forma:

- I— multa de 1% (um por cento), quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e no prazo determinados;
- II— multa de 2% (dois por cento), quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados que possam alterar a base de cálculo do imposto, assim como embargo ao cadastramento do imóvel.

CAPITULO VII DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES

Art. 204 – São imunes ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana aqueles que se enquadrarem, no que couber, nas disposições do art. 121 desta lei.

§1º São isentos do imposto:

- I— ex-integrantes da FEB que tomaram parte ativa em combates nos campos da Itália, bem como suas viúvas, com relação ao imóvel destinado à residência de qualquer dos dois beneficiários ou de ambos.
- II— aposentados ou beneficiários da LOAS, referente ao imóvel de sua moradia; em seu nome ou no do conjugue, com renda máxima de 1,5 salário mínimo;
- III— as pessoas portadoras de necessidades especiais, relativamente ao imóvel de sua moradia; e que não possua outro imóvel no município.

§2º A isenção de que tratam os incisos I, II e III do parágrafo anterior será concedida ainda que seus beneficiários não sejam proprietários do imóvel, hipótese em que será aplicada apenas nos casos em que seus beneficiários tenham a obrigação, devido a obrigação contratual comprovada, de arcar com os custos do imposto predial.

§3º A isenção de que trata este artigo será cancelada quando deixarem de existir os motivos e circunstâncias que a motivaram.

TÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 205. O imposto sobre a transmissão por ato oneroso inter vivos, de bens imóveis - ITBI, bem como cessão de direitos a eles relativos, tem como fato gerador:

- I— a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil Brasileiro;
- II— a transmissão inter vivos, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III— a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei é adotado o conceito de imóvel e de cessão constantes do Código Civil Brasileiro.

Art. 206. A incidência do ITBI alcança as seguintes mutações patrimoniais:

- I— compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
- II— dação em pagamento;
- III— permuta;
- IV— arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
- V— incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;
- VI— transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- VII— tornas ou reposições que ocorram;
 - a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte de valor maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;
 - b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;
- VIII— mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;
- IX— instituição de fideicomisso;
- X— enfiteuse e subenfiteuse;
- XI— rendas expressamente constituídas sobre imóvel;
- XII— concessão real de uso;
- XIII— cessão de direitos de usufruto;
- XIV— cessão de direitos ao usucapião;

- XV— cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- XVI— acessão física quando houver pagamento de indenização;
- XVII— cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
- XVIII— qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- XIX— cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;
- XX— incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;
- XXI— transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
- XXII— cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.

§1º Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

- I— a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;
- II— a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

§2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos anos anteriores e nos dois anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas nesta Lei.

§3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de dois anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§4º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA E ISENÇÃO

Art. 207. Além das disposições do art. 121, o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:

- I— quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
- II— quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 208. São isentas do imposto:

- I— a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da propriedade;
- II— a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinados ou executados por órgãos públicos ou seus agentes.
- III— as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;
- IV— a aquisição de moradia realizada por ex-combatentes, suas viúvas que não contraírem novas núpcias e seus filhos menores ou incapazes, quando o valor do imóvel não ultrapassar o limite de 1.000 (um mil) Unidades Fiscais de Referência Municipal, mediante o atendimento dos requisitos:
 - a) prova da condição do ex-combatente ou documento que prove ser o interessado filho ou viúva do ex-combatente;
 - b) declaração do interessado de não possuir outro imóvel no município
 - c) avaliação fiscal do imóvel.

CAPÍTULO III DO SUJEITO PASSIVO

Art. 209. O sujeito passivo da obrigação tributária é:

- I— o adquirente dos bens ou direitos;
- II— nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.

Art. 210. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

- I— o transmitente;
- II— o cedente;
- III— os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados ou que por eles tenham sido coniventes, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que foram responsáveis.

CAPÍTULO IV DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 211. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e dos bens ou direitos transmitidos, apurado na data do efetivo recolhimento do tributo.

Art. 212. A alíquota é de 2% (dois por cento), a ser aplicada sobre o valor da transação nos termos do artigo anterior.

CAPÍTULO V DO PAGAMENTO

Art. 213. O imposto será pago antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação de pagá-lo, exceto:

- I— nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;
- II— na arrematação ou adjudicação, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;
- III— na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro Município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

§1º Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a imissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

§2º O recolhimento do tributo será efetuado por meio de guia específica, na repartição municipal ou em estabelecimento bancário autorizado pela Administração.

CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 214. O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, quanto ao ITCD, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

- I— 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;
- II— 100% (cem por cento) do valor do imposto, caso ocorra omissão ou inexactidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento;
- III— 50% (cinquenta por cento) do imposto devido no caso do inciso anterior, quando não ficar caracterizada a fraude.

TÍTULO V
DAS TAXAS

CAPÍTULO I
DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 215. A Taxa de Serviços Públicos tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de lixo, de conservação de vias e logradouros públicos, de limpeza pública e demais serviços prestados pelo Município ao contribuinte ou colocados à sua disposição.

§ 1º - Para efeitos desta Lei, fica compreendido como serviços públicos de coleta de lixos, a coleta, o transporte, o tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, semi-sólidos ou líquidos, produzidos em qualquer fonte geradora no perímetro do Município.

- I. Os resíduos objetos da coleta, poderão ser classificados, quanto à sua categoria, como urbanos, industriais, serviços de saúde, de atividades rurais, de serviços de transporte, rejeitos radioativos, além de dividirem-se, quanto à sua natureza, como perigosos, não inertes e inertes;
- II. No caso da coleta de lixo serão definidas, através de regulamento pertinente, as peculiaridades dos serviços, contemplando todas as situações decorrentes da prestação do mesmo.

§2º Entende-se por serviço de conservação de vias e logradouros públicos a reparação e manutenção de ruas, estradas municipais, praças, jardins e similares, que visem manter ou melhorar as condições de utilização desses locais, quais sejam:

- a) raspagem do leito carroçável, com o uso de ferramenta ou máquinas;
- b) conservação e reparação de calçamento;
- c) acondicionamento de guias e meios-fios;
- d) melhoramento ou manutenção de "mata-burros", acostamentos, sinalização e similares;
- e) desobstrução, aterros de reparação e serviços correlatos;
- f) sustentação e fixação de encostas laterais, remoção de barreiras;
- g) fixação, poda e tratamento de árvores e plantas ornamentais e serviços correlatos;
- h) manutenção e desobstrução de bueiros e de canalização de águas pluviais;
- i) manutenção de praças, parques, jardins, lagos e fontes.

§3º Entende-se por serviços de limpeza pública os que consistam em varrição, lavagem, limpeza e capina de vias e logradouros públicos, inclusive limpeza de terrenos baldios, a limpeza

dos terrenos poderão ser objeto de lançamento de taxa no carnê do IPTU no ano seguinte ao fato gerador.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 216. O contribuinte da taxa de serviços públicos é o usuário, efetivo ou potencial, dos serviços prestados ou colocados à sua disposição.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a propriedade seja integrante da regra de incidência da taxa, será contribuinte tanto o proprietário, como o titular do domínio útil ou possuidor de imóvel situado na área de abrangência onde o Município mantenha com regularidade os serviços públicos de que trata este capítulo.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 217. A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços utilizados pelo contribuinte, ou colocados à sua disposição e dimensionados, para cada caso, da seguinte forma e determinado pelo Executivo:

I— em relação aos serviços de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos, para cada imóvel considerado, por metro linear de testada deste em relação ao meio-fio, vias e logradouros públicos, a taxa corresponderá à quantidade de UFRM calculada de acordo com a Tabela regulamentada pelo Executivo Municipal;

II— em relação à taxa de expediente, por serviços prestados, com aplicação das alíquotas correspondentes constantes das Tabela IV deste Código, sobre o valor da UFRM vigente à data da prestação;

III— em relação aos serviços públicos de coleta de lixo, a base de cálculo será o custo do Município com a prestação do serviço, dividido pela quantidade de resíduos produzidos pelo usuário, calculado através de fórmula que contemple os seguintes critérios:

a. Preço por categoria de imóvel, obtido através da quantidade de resíduos pelo custo do serviço;

b. Tipo de utilização da unidade geradora, classificadas em residencial, comercial, público e industrial;

c. Índice setorial, obtido através da média de produção de resíduos por setor gerador;

d. Natureza do material, considerando a classificação enquanto perigosos, inertes e não-inertes

§1º Tratando-se de imóvel com mais de uma testada, considerar-se-á, para efeito de cálculo, a maior testada dotada do serviço.

§2º Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma, será calculada a testada ideal de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Testada ideal} = \frac{\text{Testada} \times \text{Área construída da unidade}}{\text{Área total construída}}$$

§3º. A atualização do valor das taxas de serviços públicos levará em consideração a variação de custo dos serviços que, acaso se comporte de forma diferente dos índices oficiais de correção monetária, deverá ser refletida pela readequação das alíquotas, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 4º - Para a obtenção do cálculo da variação de custos referidos no parágrafo anterior, tomar-se-á como base, o valor da despesa apurada em balanço referente ao exercício anterior, atualizada monetariamente.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO

Art. 218. As taxas de serviços públicos serão lançadas em nome do contribuinte por ocasião da prestação dos serviços, anualmente ou de forma periódica, conforme o tipo do serviço prestado, podendo ser lançada isolada ou em conjunto com outros tributos.

§1º A Administração poderá aplicar em relação às taxas de serviços públicos as disposições capituladas neste Código, relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, no respeitante à arrecadação, cadastramento, infrações e penalidades.

§2º O pagamento da taxa e a aplicação dos dispositivos a que se refere o parágrafo anterior não incluem:

I — o pagamento:

a) de preços ou tarifas pela prestação de serviços especiais, assim compreendidos a remoção de "containers", de entulhos de obras, de bens móveis imprestáveis, do lixo extraordinário, de animais mortos e de veículos abandonados, bem como a capinação de terrenos, a limpeza de prédios e terrenos, a disposição de lixo em aterros e a destruição ou incineração de material em aterro ou usina;

b) de penalidades decorrentes de infrações ou inobservância às normas de limpeza e posturas municipais;

II — o cumprimento de quaisquer normas ou exigências administrativas relacionadas com a coleta de lixo domiciliar, hospitalar, comercial e industrial, na forma do regulamento, ou a conservação e limpeza das vias e logradouros públicos.

SEÇÃO V DA ARRECADAÇÃO

Art. 219. A taxa será paga de uma vez ou parceladamente, na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo único. A arrecadação poderá ser realizada através de convênios com empresas públicas ou concessionárias do poder público, juntamente com faturas de outros serviços prestados.

CAPÍTULO II
DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA
SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 220. A taxa de poder de polícia é devida em decorrência da atividade da Administração Pública que regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, à localização e ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço, à tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos e à legislação urbanística a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica.

§1º. Estão sujeitos à prévia licença municipal:

- a) a localização e o funcionamento de estabelecimentos;
- b) o funcionamento de estabelecimentos em horário especial;
- c) a veiculação de publicidade em geral;
- d) execução de obra, arruamento e loteamento;
- e) licença sanitária, inspeção e fiscalização sanitária, e abate de animal;
- f) a ocupação, a qualquer título, de área em terrenos, vias ou logradouros públicos;
- g) as atividades econômicas em geral, e, em especial, aquelas exercidas de forma ambulante e/ou eventual;
- h) Interdição de vias e ruas urbanas;

§2º. Nenhuma pessoa física ou jurídica que opere no ramo da produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços poderá, sem prévia licença da Prefeitura, exercer suas atividades no Município, sejam elas permanentes, intermitentes ou por período determinado.

§3º. As taxas referentes à licença municipal independem de lançamento e serão pagas por antecipação na forma prevista nos prazos regulamentares.

§4º. Nenhuma licença poderá ser concedida, quando for o caso, por prazo superior a um ano, salvo as situações expressas neste Código e do qual conste prazo no respectivo alvará.

§5º. Em relação à localização e ao funcionamento:

- I— haverá incidência da taxa a partir da constituição ou instalação do estabelecimento, independentemente de ser ou não concedida a licença;

- II— a obrigação da prévia licença independe de estabelecimento fixo e é exigida ainda quando a atividade for prestada em recinto ocupado por outro estabelecimento ou no interior de residência;
- III— a taxa será devida, e emitido o respectivo Alvará de Licença, por ocasião do licenciamento inicial, pela verificação fiscal do exercício de atividade em cada período anual subsequente e toda vez que se verificar mudanças no ramo de atividade, transferência de local ou quaisquer outras alterações, mesmo quando ocorrerem dentro de um mesmo exercício, sendo, neste caso, a taxa cobrada proporcionalmente aos meses restantes do exercício;
- IV— as atividades múltiplas num mesmo estabelecimento, sem delimitação de espaço, por mais de um contribuinte, são sujeitas ao licenciamento e à taxa, isoladamente, nos termos do inciso II deste artigo;
- V— a taxa é representada pela soma de duas atividades administrativas, indivisíveis quanto à sua cobrança:
 - a) uma, no início da atividade, pelas diligências para verificar as condições para localização do estabelecimento face às normas urbanísticas e de polícia administrativa;
 - b) outra, enquanto perdurar o exercício da atividade no estabelecimento, para efeito de fiscalização das normas de que trata a alínea anterior e das posturas e regulamentos municipais, independente da inspeção e vigilância sanitária;
- VI — no caso de atividades intermitentes ou período determinado, a taxa poderá ser calculada proporcionalmente aos meses de sua validade, conforme estabelecido em regulamento.

§6º. Fora do horário normal, admitir-se-á o funcionamento de estabelecimento em horário especial, mediante prévia licença extraordinária, na forma do regulamento e pelo período solicitado, nas seguintes modalidades:

- I— de antecipação;
- II— de prorrogação;
- III— em dias excetuados, considerados como tais os domingos e feriados nacionais.

§7º. A taxa de licença para publicidade será devida pela atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização quanto às normas concernentes à estética urbana, a poluição do meio ambiente, higiene, costumes, ordem, tranqüilidade e segurança pública, a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, em vias e logradouros públicos ou em locais visíveis ou de acesso ao público, nos termos do regulamento, sendo que:

- a) sua validade será a do prazo constante no respectivo alvará
- b) não se considera publicidade as expressões de indicação, tais como placas de identificação dos estabelecimentos, tabuletas indicativas de sítios, granjas, serviços de utilidade pública, hospitais, ambulatórios, prontos-socorros e, nos locais de construção, as placas indicativas

dos nomes dos engenheiros, firmas e arquitetos responsáveis pelo projeto ou pela execução de obra pública ou particular.

§8º. São sujeitos à prévia licença do Município e ao pagamento da taxa de licença para execução de obras, a construção, reconstrução, reforma, reparo, acréscimo ou demolição de edifícios, casas, edículas, assim como o arruamento, o loteamento e o desmembramento de terrenos e quaisquer outras obras em imóveis, sendo que:

a) a licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas e projetos das obras, na forma da legislação edilícia e urbanística aplicável;

b) a licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra, e será cancelada se sua execução não for iniciada dentro do prazo estabelecido no alvará;

c) se insuficiente, para execução do projeto, o prazo concedido no alvará, a licença poderá ser prorrogada a requerimento do contribuinte.

§9º. O abate de animais destinado ao consumo público quando for feito em matadouro público, só será permitido mediante licença do Município, precedida de inspeção sanitária ou, relativamente a animais cujo abate tenha ocorrido em outro Município, após a reinspeção sanitária para distribuição local.

§10. A licença sanitária e de inspeção e fiscalização sanitária, são decorrentes da autorização para implantação, vistoria da instalação e condições de funcionamento do estabelecimento, localização, em relação ao meio ambiente, e demais aspectos em obediência às normas da saúde, higiene, sistema ambiental, e dos serviços das inspeções e fiscalizações da vigilância sanitária sobre produtos de origem animal, comestíveis ou não, compreendendo além da licença sanitária para autorização de implantação e funcionamento, a fiscalização da procedência do produto, processo de produção e embalagem, armazenamento, transporte, exigência de atestado de vacina do abatedouro ou frigorífico, quando se tratar de abates de bovinos, suínos e aves, e demais procedimentos correlatos, nos termos descritos em tabelas próprias.

§11. A taxa por ocupação de áreas e estacionamentos em terrenos, vias e logradouros públicos, tem por fato gerador a utilização destes espaços, mesmo que a título precário, nos quais mantenham ou não os usuários instalações de qualquer natureza.

§12. Em relação a licença para o comércio eventual ou ambulante:

a) considera-se comércio eventual aquele exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemoração e os exercidos com utilização de instalações removíveis, colocadas nas vias e logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes;

b) considera-se comércio ambulante aquele exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização permanente;

c) o exercício do comércio eventual ou ambulante só será permitido nos locais, pontos, épocas e outros requisitos que venham a ser estabelecidos em regulamento, mediante prévia licença concedida a título precário, revogável ad nutum, quando o interesse público assim o exigir.

§13. Será considerada desistência do pedido de licença a falta de qualquer providência requerida pela autoridade diligente, importando em arquivamento do processo sem exclusão das sanções cabíveis.

§14. As licenças de que trata o §1º deste artigo terão os seguintes prazos e condições de validade:

- I— as relativas à alínea “a”, validade no exercício em que forem concedidas;
- II— as concernentes às alíneas “b” e “h”, do §1º pelo período solicitado ou autorizado;
- III— a referente à alínea “e”, §1º ao número de animais a serem abatidos;
- IV— as demais, pelo prazo e condições constantes do respectivo alvará, fixados em regulamento ou estabelecidos em conformidade com este Código.

§15. O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à fiscalização, requisitos, restrições, e demais institutos asseguradores do pleno exercício do poder de polícia municipal.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 221. Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade ou na prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município, nos termos do art. 220 deste Código.

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 222. As bases de cálculo das taxas são as constantes da tabela anexa deste Código.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO

Art. 223. A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existentes no cadastro.

§1º. A taxa será lançada a cada licença requerida e concedida ou a constatação de funcionamento de atividade a ela sujeita.

§2º. O sujeito passivo é obrigado a comunicar à repartição própria do Município, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas a seu estabelecimento:

- a) alteração da razão social, endereço do estabelecimento ou do ramo de atividade;
- b) alterações físicas do estabelecimento.

SEÇÃO V DA ARRECADAÇÃO

Art. 224. As taxas serão arrecadadas de acordo com o disposto no regulamento.

Art. 225. Em caso de prorrogação da licença para execução de obras, a taxa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) de seu valor original.

Art. 226. Poderá ser autorizado o parcelamento da taxa de licença nos casos, formas e prazos estabelecidos em regulamentos, firmando-se termo de compromisso.

SEÇÃO VI DAS ISENÇÕES

Art. 227. São isentos do pagamento da taxa de licença:

I — para localização e funcionamento:

- a) as associações de classe, associações culturais, associações religiosas, associações de bairro e beneficentes, clubes desportivos, escolas sem fins lucrativos, orfanatos, asilos e creches, desde que legalmente constituídos e declarados de utilidade pública por lei municipal;
- b) as pessoas portadoras de necessidades especiais, pelo exercício de pequeno comércio, arte ou ofício;
- c) a atividade autônoma de pequeno artífice ou artesão, discriminada em regulamento, exercida em sua própria residência, sem empregados ou auxílio de terceiros, não se considerando como tal seus descendentes e o cônjuge;

II — para o exercício de comércio eventual ou ambulante e de ocupação de terrenos, vias e logradouros públicos, desde que regularmente autorizados para tanto:

- a) as pessoas portadoras de necessidades especiais;
- b) os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
- c) os engraxates ambulantes;
- d) o vendedor de artigos de artesanato doméstico e arte popular de sua própria fabricação, sem auxílio de empregados;
- e) os vendedores eventuais e ambulantes localizados em estabelecimentos municipais especialmente reservados para suas atividades;

III — para execução de obras:

- a) a construção de passeio quando do tipo aprovado pelo órgão competente;
- b) a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obra já devidamente licenciada;

c) a construção de muro de arrimo ou de muralha de sustentação, quando no alinhamento da via pública;

IV — de veiculação de publicidade:

a) cartazes, letreiros ou dizeres destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes, culturais, esportivos ou eleitorais, desde que em locais previamente indicados e/ou aprovados pela autoridade competente;

b) placas e dísticos de hospitais, casas de saúde, repartições, entidades filantrópicas, beneficentes, culturais ou esportivas, quando afixados nos prédios em que funcionem;

c) placas de indicação do nome de fantasia ou razão social, desde que no modelo aprovado pelo órgão competente e afixado no prédio do estabelecimento.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo:

a) não é extensiva às taxas de expediente e serviços diversos, devidas para o licenciamento;

b) não exclui a obrigação prevista no §2º do art. 220 deste Código, bem como da inscrição e renovação de dados ao cadastro respectivo.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 228. Constituem infrações às disposições das taxas de licença:

I— iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta;

II— exercer atividade em desacordo para a qual já foi licenciada;

III— exercer atividade após o prazo constante da autorização;

IV— deixar de efetuar pagamento da taxa no todo ou em parte, ou realizar o pagamento fora de prazo;

V— utilizar-se de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa;

VI— a não manutenção do alvará em local de fácil acesso à fiscalização no estabelecimento.

§1º. As infrações às disposições das taxas de licença constantes desta Lei serão punidas com as seguintes penalidades, além das demais previstas neste Código:

I— multa por infração;

II— cassação de licença;

III— interdição do estabelecimento.

§2º. A multa por infração será aplicada sob a forma de múltiplos da UFRM, de acordo com o seguinte escalonamento, sem prejuízo do pagamento integral da taxa e das demais penalidades cabíveis:

- I— de 5 (cinco) UFRM ou valor equivalente, nos casos de:
 - a) exercer atividade em desacordo para a qual foi licenciada;
 - b) deixar de efetuar o pagamento da taxa, no todo ou em parte;
 - c) não afixar o alvará em local de fácil acesso e visível à fiscalização;
- II — de 7 (sete) UFRM ou valor equivalente, nos casos de:
 - a) exercer atividade após o prazo constante da autorização;
 - b) iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta;
 - c) deixar de comunicar ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, informação indispensável para alteração cadastral necessária ao lançamento ou cálculo do tributo;
- III— de 10 (dez) UFRM ou valor equivalente, nos casos de utilização de meios fraudulentos ou dolosos para evitar o pagamento da taxa, no todo ou em parte;
- IV— cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão ou deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público, concernente à ordem, à saúde, à segurança e aos costumes, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário.
- V— multa diária de 15 (quinze) UFRM ou valor equivalente, quando não cumprido o Edital de Interdição do Estabelecimento e/ou as exigências administrativas decorrentes da cassação da licença por estar funcionando em desacordo com as disposições legais e regulamentares que lhes forem pertinentes.

§3º. As infrações às disposições das taxas de licença para interdição de vias e ruas urbanas e para os serviços de transportes de qualquer natureza serão punidas com as seguintes penalidades:

- I— multa de 20 (vinte) UFRM ou valor equivalente, por não ter permissão para interdição de vias e ruas urbanas, com exercício de atividade lucrativa;
- II— multa de 15 (quinze) UFRM ou valor equivalente, por não ter permissão para interdição de vias e ruas urbanas, com exercício de atividade não-lucrativa;
- III— multa de 20 (vinte) UFRM ou valor equivalente, por implantar, irregularmente, limitadores de velocidade;
- IV— multa de 15 (quinze) UFRM ou valor equivalente, por desenvolver atividade comercial sem permissão, em área de estacionamento;
- V— multa de 30 (trinta) UFRM ou valor equivalente, por deixar de sinalizar e retirar qualquer obstáculo das vias e ruas interditadas;

- VI— multa de 30 (trinta) UFRM ou valor equivalente, pela exploração de transporte coletivo remunerado, mediante qualquer tipo de veículo ciclo ou automotor, sem a devida autorização do órgão municipal competente;
- VII— multa de 30 (trinta) UFRM ou valor equivalente, por desobediência às portarias e regulamentos expedidos pela Gerência Municipal e/ou órgão equivalente de comando da área de transportes Urbanos;
- VIII— multa por infração relativas a circulação de veículos serão aplicadas de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e os regulamentos da Gerência Municipal de comando dos Transportes Urbanos;

TITULO VI

DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CAPITULO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 229. A contribuição de que trata este título, instituída para cobertura dos custos e despesas respectivas do serviço de iluminação pública, será calculada conforme disposto em lei específica e regulamentação do Executivo.

§1º A cobrança da contribuição será feita, quando se tratar de edifício, referente a cada unidade imobiliária autônoma edificada, excluída a do próprio edifício onde estas se acham encravadas.

§2º. Entende-se por serviço de iluminação pública, o fornecimento de iluminação das vias, logradouros, praças e espaços públicos.

Art. 230. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o art. 229 na fatura de consumo de energia elétrica, por deliberação do Poder Executivo e mediante celebração de instrumento próprio.

TÍTULO VII

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 231. A contribuição de melhoria será instituída para ressarcimento de aplicação de recursos públicos, próprios ou não, decorrente da execução de obras públicas de infra-estrutura urbana, saneamento geral e outras, tendo como limite total a despesa realizada.

Art. 232. Será devida a contribuição de melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra, for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou demais entidades estadual ou federal:

- I— construção de calçada e meio-fio;
- II— abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas;
- III— construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- IV— construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- V— serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidades públicas;
- VI— proteção contra secas, inundações, erosões e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
- VII— construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- VIII— construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
- IX— aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações para desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

CAPÍTULO II DO CÁLCULO

Art. 233. O cálculo da Contribuição de Melhoria será efetuado mediante regulamento, e terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

Art. 234. O executivo decidirá qual proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria, bem como a forma de pagamento, através de regulamento do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 235. A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua testada ou área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.

Parágrafo único. Os imóveis edificadas em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

CAPÍTULO III DO SUJEITO PASSIVO

Art. 236. Contribuinte é o proprietário do imóvel beneficiado decorrente da obra pública.

Art. 237. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

CAPÍTULO IV DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA

Art. 238. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a administração deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- I— memorial descritivo do projeto;
- II— orçamento total ou parcial do custo da obra;
- III— determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- IV— delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 239. Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias a começar da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo da cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 240. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 241. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 242. O prazo e o local para pagamento da Contribuição serão fixados, em cada caso, pelo Poder Executivo.

Art. 243. As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na atualização monetária dos demais tributos.

Parágrafo único. Será atualizada, a partir do mês subsequente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à atualização a partir da sua liberação.

Art. 244. O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado a 20% (vinte por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.

Parágrafo único. O lançamento será procedido em nome do contribuinte, sendo que no caso de condomínio:

- a) quando "pro-indiviso", em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;
- b) quando "pro-diviso", em nome do proprietário titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 245. O atraso no pagamento das prestações sujeitará o contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 71.

CAPÍTULO VI DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Art. 246. Poderá o Município firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

Parágrafo único. Para consecução do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo editará regulamento estabelecendo as condições de implantação do convênio.

LIVRO III DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TÍTULO I DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 247. Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas e contribuições, além de multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação municipal, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.

Parágrafo único. Também será considerado dívida ativa tributária municipal, os valores devidos por condenações junto ao Tribunal de Contas do Estado ou outro órgão de controle, além de recursos referentes a impugnações de valores devidos ao erário municipal a título de reparação.

Art. 248. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO

Art. 249. A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, a critério e controle da Administração, e que atendam aos requisitos para inscrição.

§1º. Os débitos de qualquer natureza para com a Gerência de Finanças, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, poderão ser inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos equivalentes em UFRM, ou qualquer outro índice que vier a substituí-la.

§2º. O termo de inscrição na Dívida Ativa, chancelado pela autoridade competente, indicará:

- I— a inscrição fiscal do contribuinte;
- II— o nome e o endereço do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis;
- III— o valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais;
- IV— a origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal;
- V— a data de inscrição na Dívida Ativa;
- VI— o exercício ou o período de referência do crédito;
- VII— o número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.

Art. 250. A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida por via amigável ou judicial, por critério da Administração.

§1º. Na cobrança da Dívida Ativa, o Poder Executivo poderá, mediante solicitação, autorizar o parcelamento de débito, para tanto, fixando os valores mínimos para pagamento mensal, conforme o tributo, para pessoas físicas e jurídicas.

§2º. O contribuinte beneficiado com o parcelamento do débito deverá manter em dia os recolhimentos sob pena de cancelamento do benefício.

§3º. O não recolhimento de quaisquer das parcelas referidas no parágrafo anterior tornará sem efeito o parcelamento concedido, vencendo o débito em uma única parcela, acrescido das cominações legais.

§4º. A critério da autoridade administrativa poderá ser concedido mais de um parcelamento para o mesmo contribuinte, desde que observados os requisitos desta lei e do regulamento.

Art. 251. Os lançamentos de ofício e os que vierem a ser apurados, serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.

Art. 252. No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.

TÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 253. Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições hierárquicas ou funcionalmente subordinadas a gerência de finanças e demais entidades, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas entidades.

Art. 254. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 255. A Gerência de Finanças poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:

- I— exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;
- II— fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;
- III— exigir informações escritas e verbais;
- IV— notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;
- V— requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;
- VI— notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

Art. 256. Mediante intimação e ressalvadas as garantias constitucionais, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I— os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II— os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

- III— as empresas de administração de bens;
- IV— os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V— os inventariantes;
- VI— os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII— quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão que detenham informações necessárias ao fisco.

§1º. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§2º. A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, ou ainda apreender, para fins de prova, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.

Art. 257. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Gerência de Finanças ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente:

- I— a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;
- II— nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 258. A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

TÍTULO III DA CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 259. A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

§1º. Não havendo débito a certidão será expedida em 03 (três) dias e terá validade de 30 (trinta) dias.

§2º. Havendo débito, a certidão será expedida com descrição completa do mesmo.

Art. 260. Para fins de aprovação de projetos de arruamentos e loteamentos, concessão de serviços públicos, apresentação de propostas em licitação, será exigida do interessado a certidão negativa.

Art. 261. Sem a prova por certidão negativa, por declaração de isenção ou reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a quaisquer outros ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

Art. 262. A expedição de certidão negativa não exclui o direito de exigir a Gerência de Finanças, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

Art. 263. Tem o mesmo efeito previsto no art. 259, a certidão de que conste a existência de débitos não vencidos ou em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

§1º. O parcelamento com a confissão da dívida não impede a expedição da certidão de que trata este título, que far-se-á sob a denominação de "Certidão Positiva de Débitos com Efeito Negativo".

§2º. O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

TÍTULO IV DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DO INÍCIO DO PROCESSO

Art. 264. O processo fiscal terá início com:

- I— a notificação do lançamento nas formas previstas neste Código;
- II— a intimação a qualquer título, ou a comunicação de início de procedimento fiscal;
- III— a lavratura do auto de infração;
- IV— a lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;
- V— a petição do contribuinte ou interessado, reclamando contra lançamento do tributo ou do ato administrativo dele decorrente.

§1º. Iniciado o procedimento fiscal, terão os agentes fazendários o prazo de 30 (trinta) dias para concluí-lo, salvo quando o contribuinte esteja submetido a regime especial de fiscalização.

§2º. Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Gerência de Finanças pelo período por este fixado.

Art. 265. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas a cumprimento de obrigações tributárias, inclusive aquelas imunes ou isentas.

CAPÍTULO II DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 266. Verificada a infração de dispositivo desta lei ou regulamento, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração correspondente, que deverá conter os seguintes requisitos:

- I— o local, a data e a hora da lavratura;
- II— o nome e o endereço do infrator, com o número da respectiva inscrição, quando houver;
- III— a descrição clara e precisa do fato que constitui infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes;
- IV— a capitulação do fato, com a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que lhe comine a penalidade;
- V— a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais ou penalidades, dentro do prazo de 30 (trinta) dias;
- VI— a assinatura do agente atuante e a indicação do seu cargo ou função;
- VII— a assinatura do próprio atuado ou infrator ou dos seus representantes, ou mandatários ou prepostos, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusou a assinar.

§1º. A assinatura do atuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§2º. As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam, quando do processo constem elementos para a determinação da infração e a identificação do infrator.

Art. 267. O atuado será notificado da lavratura do auto de infração:

- I— pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio atuado, seu representante, mandatário ou preposto, contra assinatura-recibo, datada no original, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pode ou se recusa a assinar;
- II— por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido ao destinatário ou pessoa de seu domicílio;
- III— por publicação, no órgão do Município ou Diário Oficial do Estado, na sua íntegra ou de forma resumida, quando improficuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 268. O valor das multas constantes do auto de infração poderá sofrer reduções a critério do Poder Executivo, conforme regulamentação própria, nos casos em que o contribuinte atuado promova o pagamento do valor no prazo da notificação para a apresentação de defesa ou recurso.

Art. 269. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem despacho fundamentado da autoridade administrativa e autorização do titular da Gerência de Finanças, em processo regular.

Parágrafo único. Lavrado o auto, o agente autuante terá o prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

CAPÍTULO III DO TERMO DE APREENSÃO DE LIVROS FISCAIS E DOCUMENTOS

Art. 270. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.

Parágrafo único. A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 271. A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados, o nome do destinatário e, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.

Parágrafo único. O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão.

CAPÍTULO IV DA RECLAMAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO

SEÇÃO I DA PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 272. O sujeito passivo da obrigação tributária poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação do lançamento, da lavratura do auto de infração, ou do termo de apreensão, mediante defesa escrita, alegando toda matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§1º. A impugnação da exigência fiscal mencionará, obrigatoriamente:

- I— a autoridade julgadora a quem é dirigida;
- II— a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para a notificação;
- III— os dados do imóvel, ou a descrição das atividades exercidas e o período a que se refere o tributo impugnado;
- IV— os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
- V— as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

VI— o objetivo visado.

§2º. A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

§3º. A autoridade administrativa determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe o prazo e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§4º. Se a diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativa ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.

§5º. Preparado o processo para decisão, a autoridade administrativa prolatará despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando a procedência ou improcedência da impugnação.

§6º. Nos casos em que o impugnante for representado por procurador legalmente habilitado, será observado, no que couber, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 273. O impugnador será notificado do despacho, mediante assinatura no próprio processo ou, na ordem, pelas formas previstas nos incisos II e III do art. 267, no que couber.

Art. 274. Sendo a impugnação julgada improcedente, os tributos e as penalidades impugnadas ficam sujeitos a multa, juros de mora e atualização monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos.

Art. 275. É competente para proferir decisão em primeira instância administrativa, o titular da Gerência de Finanças ou quem este delegar.

§ 1º. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Gerência de Finanças, a autoridade administrativa apresentará recurso obrigatório de ofício.

§ 2º. É admitido o pedido de reconsideração da decisão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua ciência, diretamente ao Gerente de Finanças.

Art. 276. É facultado ao sujeito passivo, conformando-se com parte dos termos da atuação, recolher os valores devidos a essa parte, sem qualquer dedução, contestando o restante.

SEÇÃO II DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 277. Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso ao Conselho de Contribuintes do Município. (Ver Art. 282)

Parágrafo único. O recurso poderá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão de primeira instância.

Art. 278. A segunda instância será exercida pelo Conselho de Contribuintes do Município.

§1º. A decisão na segunda instância administrativa será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se as modalidades previstas para a primeira instância.

§2º. Decorrido o prazo definido no parágrafo anterior sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária sobre o débito do contribuinte a partir dessa data.

§3º. Da decisão será dado ciência, com intimação para que o sujeito passivo cumpra no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 279. O julgamento pelo órgão de segunda instância far-se-á nos termos deste Código e de regulamento próprio.

Art. 280. O recurso será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância, dando-se recibo ao recorrente.

§1º. Aos julgamentos proferidos pelo Conselho de Contribuintes do Município, poderá ser atribuída eficácia normativa, por ato do Gerente de Finanças.

§3º. A normatividade poderá ser modificada com fundamento em novo julgamento do próprio Conselho de Contribuintes do Município.

§4º. É assegurada às partes ou a terceiros, que provem legítimo interesse, o direito de obter vista ou certidão das decisões definitivas em processos fiscais.

CAPÍTULO V DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Art. 281. O Conselho de Contribuintes do Município é o órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, e tem a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos voluntários e/ou de ofício referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões em matéria tributária, praticados pela autoridade administrativa de primeira instância e por força de suas atribuições.

Art. 282. O Conselho de Contribuintes será composto por 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) representantes do Poder Executivo e 02 (dois) dos contribuintes, e reunir-se-á nos prazos fixados em regimento próprio.

§ 1º A presidência do Conselho será exercida por representante do Poder Executivo, designado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Será nomeado um suplente para cada membro do Conselho, convocado nas faltas ou impedimentos dos titulares.

Art. 283. Os membros titulares do Conselho de Contribuintes e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§1º. Os membros do Conselho deverão ter reconhecida experiência sobre a administração pública, notadamente em tributária, e gozar de reputação ilibada perante a sociedade.

§2º. Os membros representantes dos contribuintes, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados em listas tríplexes apresentadas:

- I— pela Associação Comercial do Município;
- II— pela Associação ou Sindicato de Produtores Rurais do Município;

§3º. Os membros representantes do Município, exceto o presidente do Conselho, serão indicados pelo Gerente de Finanças dentre servidores efetivos do Município.

§4º. A representação de Assessoria Jurídica do Município junto ao Conselho será exercida por advogado designado pela Prefeitura Municipal, que prestará apoio necessário a tramitação dos processos do Conselho.

Art. 284. A posse dos membros do Conselho de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro próprio.

Art. 285. Perderá o mandato o membro que:

- I— deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado;
- II— usar de meios ou atos de favorecimento, bem como proceder no exercício de suas funções com dolo ou fraude;
- III— recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento do processo, sem justo motivo;
- IV— contrariar normas regulamentares do Conselho.

Art. 286. Os membros do Conselho de Contribuintes poderão ser remunerados, por sessão, conforme regulamentação.

Art. 287. Ato do Poder Executivo regulará o funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho.

SEÇÃO II DO JULGAMENTO PELO CONSELHO

Art. 288. O Conselho de Contribuintes só poderá deliberar quando reunido com a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. As sessões de julgamento do Conselho serão públicas.

Art. 289. Serão impedidos de participar do julgamento os membros que:

- I— sejam sócios, acionistas, interessados, membros da diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvida no processo;
- II— sejam parentes do recorrente, até o terceiro grau.

Art. 290. As decisões do Conselho serão proferidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias e constituem última instância administrativa para recursos voluntários contra atos e decisões de caráter fiscal.

Parágrafo único. O Prefeito poderá avocar os processos para decisão, quando:

- I— não tenha sido proferida decisão, no prazo fixado neste artigo;
- II— proferida decisão, não unânime, esta seja contrária ao texto da legislação ou ao interesse da Gerência de Finanças.

CAPÍTULO VI DA CONSULTA TRIBUTÁRIA

Art. 291. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária, não cabendo efeito suspensivo de ação fiscal em tramitação ou em fase de início contra o sujeito passivo em relação à espécie consultada.

Art. 292. A consulta será dirigida ao Gerente de Finanças, com apresentação clara e precisa do caso e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais, e instruída com documentos, se necessário.

Art. 293. A consulta não suspende o prazo para recolhimento do tributo e, tampouco, as atualizações e penalidades decorrentes do atraso no seu pagamento.

Art. 294. Não serão admitidas consultas:

- I— meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado;
- II— que não descrevam completa e exatamente a situação de fato;
- III— formuladas por consulentes que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, de auto de infração ou termo de apreensão, ou citados para ação judicial de natureza tributária, relativamente à matéria consultada.

Art. 295. Na hipótese de mudança de orientação fiscal a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 296. A autoridade administrativa dará solução à consulta no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação, encaminhando o processo ao Gerente de Finanças, para os procedimentos nos termos deste Código.

Art. 297. A autoridade administrativa, ao homologar a solução dada à consulta, fixará ao sujeito passivo o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, acaso indevida, será restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art. 298. A resposta à consulta terá efeito vinculante para Administração.

CAPÍTULO VII DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 299. Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, aplicando-se a legislação processual civil subsidiariamente.

Art. 300. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente regular no órgão em que corra o processo ou o ato deva ser praticado, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento se der em feriados ou sem expediente.

Art. 301. Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, o processo poderá ser arquivado decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 302. São facultados à Gerência de Finanças, conforme disposto neste Código, o arbitramento e a estimativa de bases de cálculo tributárias, nas hipóteses em que o montante da base econômica tributável não seja conhecido exatamente.

Parágrafo único. O arbitramento ou a estimativa a que se refere este artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

LIVRO IV TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FINAIS CAPÍTULO I TRIBUTOS COM VALORES MÍNIMOS

Art. 303 - Não serão efetuados lançamentos complementares nem lavrados autos de infração relativos aos tributos de que trata esta Lei, quando o total dos respectivos créditos, inclusive as multas moratórias e demais acréscimos, importar em quantias inferiores a 02 Unidades Fiscais de Referência Municipal, tomado por base o valor da unidade vigente na data da apuração da diferença ou da lavratura do auto.

Parágrafo único. Não serão efetuados processos de cobrança via judicial, relativo aos tributos de que trata esta lei, quando o total inscrito em dívida ativa do mesmo sujeito passivo, não ultrapassar 02 UFRM

CAPÍTULO II ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E A UNIDADE FISCAL

Art. 304 – Fica instituída a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, no valor definido em regulamento do Poder Executivo, a ser atualizada mensalmente mediante a aplicação

da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 305 – Em caso de extinção do IPCA, a atualização dos valores será realizada pelo índice que o substituir ou, não havendo substituto, por índice instituído por lei federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

CAPITULO III DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA E DAS EMPRESAS ESTATAIS

Art. 306 – Competirá ao Poder Executivo Municipal a apuração de receitas, patrimônios e valores para efeito do exercício da competência tributária do Município, das empresas estatais da União e do Estado, relacionado aos tributos dispostos neste Código, nos termos do art. 173, § 1º e 2º, art. 150, § 2º, 3º, art. 151, inciso III, todos da Constituição Federal.

CAPITULO IV DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS – REFIC

Art. 307 – O Poder Executivo poderá, nos limites de lei específica, instituir Programa de Recuperação de Créditos Fiscais, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizado ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Parágrafo único. Não haverá aplicação de multas por infração sobre os débitos não lançados na ocasião de instituição do programa, desde que declarados espontaneamente pelo contribuinte na ocasião da adesão.

CAPITULO V INCENTIVOS FISCAIS

Art. 308 – Os incentivos e subsídios fiscais, apoio técnico e econômico, poderão ser concedidos nos termos da legislação municipal, obedecido os critérios estabelecidos para finanças públicas, sobretudo as disposições da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 e a Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPITULO VI DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 309. Ficam revogadas todas as isenções de tributos que não estejam dispostas nesta lei, exceto aquelas as concedidas mediante lei que tenha assinalado condição e prazo determinado, que ficam mantidas até seu termo final.

Art. 310. Considerando-se definitivas as decisões de qualquer instância, desde que esgotado o prazo para interposição de recursos previstos nesta lei, gerando o trânsito julgado administrativo.

Art. 311. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

Art. 312. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária, conforme estabelecidos neste Código.

Art. 313. Consideram-se integrantes e indissociáveis à presente Lei as tabelas anexas, numeradas cronologicamente.

Art. 314. O exercício financeiro para fins fiscais, corresponde ao ano civil.

Art. 315. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com a União, Estado e outros Municípios, além de entidades representativas de categoria profissional, visando adquirir informações fiscais e para aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e arrecadação dos tributos de competência municipal.

Art. 316. O Poder Executivo regulamentará no prazo de 90 (noventa) dias, no que couber, a presente Lei.

Parágrafo único. A Gerência de Finanças orientará a aplicação desta Lei, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 317. Ficam revogadas as Leis nº 357/93 de 23/12/1993, 385/95 de 08/08/1995, 400/96 de 28/11/1996, 413/97 de 29/04/1997, 494/02 de 19/03/2002, 538/04 de 22/04/2004 e 582/05 de 16/08/2005.

Art. 318. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2006.

Art. 319. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de INOCÊNCIA/MS, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco.

José Arnaldo Ferreira de Melo
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado por afixação no local de costume na data supra.

Paulo Barbosa Valadão
Gerente de Administração

Tabela I

Alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU

IMPOSTO	ALÍQUOTA
I – Imposto Predial Urbano:	
Área com pavimentação asfáltica	0,75% do valor venal
Área sem pavimentação asfáltica	0,50% do valor venal
II – Imposto Territorial Urbano	
Em vias com pavimentação asfáltica	4,00% do valor venal
Em vias sem pavimentação asfáltica	1,50% do valor venal
Em vias com pavimentação, classificado como centro	5,00% do valor venal

Tabela II

Alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Descrição dos Serviços	Alíquotas sobre o preço dos serviços %	Alíquotas fixas – importâncias em UFRM por ano
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	5%	
1.02 – Programação.	5%	
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	5%	
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	5%	
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%	
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	5%	
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%	
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5%	
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5%	
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%	
3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%	
3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%	
3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 – Medicina e biomedicina.	5%	50,0
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%	50,0
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5%	

4.04 – Instrumentação cirúrgica.	5%	
4.05 – Acupuntura.	5%	
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%	12,0
4.07 – Serviços farmacêuticos.	5%	13,0
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%	50,0
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5%	
4.10 – Nutrição.	5%	50,0
4.11 – Obstetrícia.	5%	50,0
4.12 – Odontologia.	5%	60,0
4.13 – Ortopática.	5%	50,0
4.14 – Próteses sob encomenda.	5%	50,0
4.15 – Psicanálise.	5%	
4.16 – Psicologia.	5%	50,0
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5%	
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%	25,0
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5%	
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%	
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%	
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	5%	25,0
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%	
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	5%	
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%	
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5%	
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%	

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%	
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%	
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5%	
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5%	6,0
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5%	
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5%	
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5%	
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5%	
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%	26,0
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%	Vide Anexo I
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%	
7.04 – Demolição.	5%	
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%	
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%	
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%	
7.08 – Calafetação.	5%	
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%	
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros	5%	

públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.		
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%	
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%	
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%	
7.14 – Florestamento, reforestamento, semeadura, adubação e congêneres.	5%	
7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%	
7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%	
7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%	
7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%	
7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5%	
7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5%	
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5%	
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	5%	
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%	
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5%	
9.03 – Guias de turismo.	5%	
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%	

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%	
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%	35,0
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%	
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%	
10.06 – Agenciamento marítimo.	5%	
10.07 – Agenciamento de notícias.	5%	
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5%	
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5%	
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	5%	
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%	
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	5%	
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%	
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%	
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 – Espetáculos teatrais.	5%	
12.02 – Exibições cinematográficas.	5%	
12.03 – Espetáculos circenses.	5%	
12.04 – Programas de auditório.	5%	
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%	
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	5%	
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%	
12.10 – Corridas e competições de animais.	5%	

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%	
12.12 – Execução de música.	5%	
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%	
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%	
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%	
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%	
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%	
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5%	
13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5%	5,0
13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5%	
13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia.	5%	
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%	
14.02 – Assistência técnica.	5%	
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5%	
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5%	
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	5%	
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5%	
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	5%	

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5%	
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5%	
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	5%	
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5%	
14.12 – Funilaria e lanternagem.	5%	
14.13 – Carpintaria e serralheria.	5%	
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%	
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%	
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%	
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%	

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%	
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%	
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%	
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%	
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%	
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal. (Táxi, Moto-táxi e Transporte de cargas)	5%	12,0
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5%	
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5%	

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%	
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5%	
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5%	
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%	
17.07 – Franquia (franchising).	5%	
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5%	
17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%	
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5%	
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%	
17.12 – Leilão e congêneres.	5%	50,0
17.13 – Advocacia.	5%	50,0
17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5%	
17.15 – Auditoria.	5%	50,0
17.16 – Análise de Organização e Métodos.	5%	
17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%	
17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5%	40,0
17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%	70,0
17.20 – Estatística.	5%	
17.21 – Cobrança em geral.	5%	
17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%	
17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5%	
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%	

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%	9,0
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%	
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%	
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%	
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%	70,0
22 – Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%	
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5%	
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	5%	
25 - Serviços funerários.		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5%	
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%	
25.03 – Planos ou convênio funerários.	5%	

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%	
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	5%	
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	5%	10,0
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%	
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	5%	
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%	
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%	
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	5%	
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%	
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%	
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%	35,0
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	5%	
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5%	
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	5%	
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5%	
40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	5%	

TABELA III
TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
TAXA DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO

CL = Custo Anual previsto para os serviços.

AR = Área construída total no Município para fins residenciais - (m²).

AN = Área construída total no Município para fins não residenciais - (m²).

tR = Taxa de serviços públicos incidente nas propriedades utilizadas para fins residenciais.

tN = Taxa de serviços públicos incidente nas propriedades utilizadas para fins não residenciais.

Considerando:

$$CL = tR \times AR + tN \times AN$$

e adotando:

$$tN = 1,2 \text{ tR}$$

$$CL = tR \times AR + 1,2 \times AN$$

Residenciais:

$$tR = \frac{CL}{AR + 1,2 AN}$$

Não residenciais:

$$tN = 1,2 \text{ tR}$$

Para cálculo da taxa de serviços públicos por propriedade, multiplica-se a sua área construída por tR ou tN, conforme o uso.

O valor da cobrança da Taxa para Imóvel Não Residencial poderá ser acrescido de um adicional em função do custo real apurado pelo órgão responsável pela prestação do serviço.

Tabela IV
TAXA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA

CL = Custo anual previsto para os serviços, determinado pelo Executivo.

AR = Área total dos imóveis urbanos não construídos

TL = Taxa de serviços públicos de Limpeza Pública incidente nas propriedades urbanas, não construídas.

Considerando:

$$CL = TL \times AR$$

Resolvendo esta equação, chega-se ao valor da taxa de limpeza pública aplicado aos lotes vagos (não construídos):

$$TL = \frac{CL}{AR}$$

Para o cálculo da taxa de serviços públicos de limpeza pública por propriedade, multiplica-se a sua área construída por TL.

O valor da cobrança da Taxa, poderá Ter variações segundo o fator de enquadramento do imóvel, subdivido em categorias: residencial, comercial, serviço, industrial e situação da localização do imóvel, determinado pelo Executivo, e em função da periodicidade dos serviços.

Tabela V
Taxa devida Pelo Exercício do Poder de Polícia
Taxa de Expediente e Serviços Diversos

ESPECIFICAÇÃO	Em UFRM
1. Requerimento de qualquer natureza	0,5%
2. Alvará.....	1,0%
3. Fornecimento de cópias de plantas.....	1,0%
4. Depósito, por dia:	0,5%
a) móveis e mercadorias	0,5%
b) semoventes, por animal.....	0,5%
5. Autenticação de notas fiscais e faturas (por bloco de 50 unidades).....	0,5%
6. Emissão de documento de arrecadação.....	0,5%
7. Inscrição no cadastro de fornecedores.....	0,5%
8. Outros serviços não especificados.....	0,5%

Tabela VI
Taxa devida pelo Exercício do Poder de Polícia
Taxa pela Verificação, Localização, Instalação e Funcionamento

Descrição dos serviços	Período de incidência	Valor em UFRM:
1. Profissionais autônomos, inclusive liberais, estabelecimentos prestadores de serviços em geral, entidades de classe e clubes esportivos .	Anual	4,00
2. Bancos, Instituições financeiras, agentes ou representantes vinculados ao sistema financeiro, corretores de títulos em geral	Anual	Vide Anexo II
3. Postos Bancários para pagamento e/ou recebimento, inclusive caixa automático	Anual	Vide Anexo II
4. Concessionárias de venda de veículos em geral	Anual	Vide Anexo II
5. Atacadistas em geral, ou lojas de tecidos, eletrodomésticos	Anual	Vide Anexo II
6. Estabelecimentos industriais e produtores, de construção civil e demais serviços de engenharia	Anual	Vide Anexo II
7. Estabelecimentos comerciais	Anual	Vide Anexo II
8. Hotéis de de 2 a 3 estrelas	Anual	Vide Anexo II
9. Hotéis de 4 a 5 estrelas	Anual	Vide Anexo II
8. Hotéis Populares	Anual	Vide Anexo II
10. Motéis	Anual	Vide Anexo II
11. Vigilância e transporte de valores, limpeza e/ou conservação	Anual	6,00
12. Depósitos e reservatórios de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.	Anual	Vide Anexo II
13. Postos de venda ao consumidor final de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos.	Anual	Vide Anexo II
14. Assessorias e Projetos técnicos em geral, cobrança de terceiros, propaganda, publicidade, produtores e/ou gravadores de áudio e vídeo	Anual	5,00
15. Restaurantes, bares e similares e estabelecimentos que explorem diversões públicas.	Anual	Vide Anexo II
16. Empresas de transportes urbanos, interurbano, rodoviário de cargas, ferroviário de cargas, rebocadores em geral	Anual	8,00
17. Pequenas oficinas e pequenos estabelecimentos comerciais ou industriais, localizados em garagens, quintais ou outras dependências de imóveis utilizados simultaneamente para outros fins, inclusive residenciais.	Anual	Vide Anexo II
18. Atividades provisórias, assim entendidas as exercidas em até 90 dias (eventuais, esporádicas, ambulantes e outras similares)	Até 90 dias	10,00
19. Feirantes, bancas de legume, verduras e demais produtos de feiras e mercados, carvão de lenha, cadeira de engraxates, banca de artesões e outros assemelhados.	Anual	3,00

Tabela VII
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia
Taxa de Fiscalização de Anúncios

ATIVIDADES	Período de incidência	Valor em UFRM
1. Anúncios próprios ou de terceiros, colocados na fachada ou no interior de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços.	Até 90 dias	1,5
2. Anúncios colocados em outros locais visíveis das vias e logradouros públicos.	Até 90 dias	2,0
3. Anúncios em painéis, inclusive luminosos ou iluminados.	Anual	4,0
4. Anúncios em veículos.	Anual	2,0
5. Anúncios provisórios, inclusive por meio de folhetos e faixas	Até 90 dias	1,0

Tabela VIII
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E PERMANENCIA EM ÁREAS, VIAS E
LOGRADOUROS PÚBLICOS

ATIVIDADES	Período de incidência	Valor em UFRM
Atividade Ambulante, por banca ou similar	Anual	2,0
Atividade Feirante, por barraca ou similar	Anual	2,0
Atividade Eventual, por banca ou similar	Até 90 dias	2,0
Parques de Diversões e Exposições, por evento	Por evento	3,0
Caçamba ou similar, por unidade		1,0
Banca de jornais e revista, por banca	Anual	2,0
Postes ou similares, por postes: utilização da distribuição aérea com ponto de apoio no solo.	Anual	2,0
Redes de tubulações para fornecimento ou distribuição de esgotos, água, gases, líquidos químicos ou material tóxicos, por km	Anual	10,0
Utilização da parte inferior do leito da via pública ou passeio público, por unidades, tipo cabines de telefonia, similares, Postos de atendimento bancário, caixas eletrônicas ou similares, Guichês de vendas diversas ou similares.	Anual	2,0

Tabela IX
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia
Taxa pela Fiscalização de Obras, Arruamentos Loteamento

ATIVIDADES	Período de incidência	Valor da Taxa em UFRM
1. Licenciamento e fiscalização de construções novas e reformas com aumento da área existente :		% da UFMI por m ²
1.1. Imóveis de uso exclusivamente residencial , horizontal ou vertical:		
1.1.1. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120m ² e um só pavimento:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b- vistorias		0,01
c – expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.1.2. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120 m ² e dois ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.1.3. Com área(a ser construída ou acrescida) superior a 120 m ² e até 200 m ² e um ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,02
1.1.4. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 200 m ² e um ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.1.5. Prédios de apartamentos até quatro pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.1.6. Prédios de apartamentos de cinco ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.2. Imóveis destinados a escritórios profissionais, de prestação de serviços em geral, sedes de		

associações e instituições, templos e clubes recreativos:		
1.2.1. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120m ² e um só pavimento:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.2.2. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120 m ² e dois ou mais pavimentos :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.2.3. Com área(a ser construída ou acrescida) superior a 120 m ² e até 200 m ² e um ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,02
1.2.4. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 200 m ² e um ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.2.5. Prédios de até quatro pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.2.6. Prédios de cinco ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b - vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.3. Imóveis de uso comercial e industrial :		
1.3.1. Com área (a ser construída ou acrescida) de até 120m ² e um só pavimento:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b - vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.3.2. Com área(a ser construída ou acrescida) de até 120 m ² e dois ou mais pavimentos :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01

c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.3.3. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120 m ² e até 200 m ² e um ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se).		0,02
1.3.4. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 200 m ² e um ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.3.5. Prédios de até quatro pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.3.6. Prédios de cinco ou mais pavimentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,03
1.4. No caso de uso misto, a taxa será calculada pelo item da tabela ao qual corresponda o uso predominante do imóvel, assim entendido aquele para o qual destinada a maior parte de sua área . No caso da impossibilidade de aplicação deste critério, a taxa será calculada pelo item que corresponder ao seu maior valor.		
1.5. Depósitos, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos :		
1.5.1. Com área(a ser construída ou acrescida) de até 120m ² :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.5.2. Com área(a ser construída ou acrescida) superior a 120 m ² :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.6. Barracões, galpões, telheiros, armazéns, depósitos :		
1.6.1. Com área (a ser construída ou acrescida) até 120 m ² :		

a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.6.2. Com área (a ser construída ou acrescida) superior a 120m² :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,01
1.7. Construções funerárias , pela expedição dos alvarás de licença e aprovação		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,01
b – vistorias		0,01
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		0,02
2. Reformas sem aumento de área :		
2.1. Imóveis de uso exclusivamente residencial, inclusive prédios de apartamentos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,5
b – vistorias		0,5
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		2,5
2.2. Imóveis de uso misto ou comercial, industrial, de prestação de serviços em geral , inclusive escritórios profissionais, sedes de associações e instituições, templos e clubes recreativos :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,5
b – vistorias		0,5
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		2,5
2.3. Depósitos, reservatórios e postos de venda de combustíveis, materiais inflamáveis e explosivos:		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,5
b – vistorias		0,5
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		5,0
2.4. Barracões, galpões, telheiros, armazéns, depósitos :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,5
b – vistorias		0,5
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		3,0
3. Construção de muros, tapumes, andaimes, movimentos de terra e alinhamentos :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,5
b – vistorias		0,5
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		2,0

4. Demolições :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		0,5
b – vistorias		0,5
c - expedição do alvará de aprovação (habite-se)		1,0
5. Instalação de elevadores, monta-cargas e escadas rolantes :		
a - exame e aprovação do projeto e expedição do alvará de licença para instalação		0,5
b - expedição do alvará de licença para entrega ao uso particular ou público		0,5
6. Arruamentos e Loteamentos :		
6.1. Terrenos com áreas até 5.000 m ² :		
a - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		2,0
B – vistorias		3,0
C - expedição do alvará de aprovação		15,0
6.2. Terrenos com áreas superiores a 5.000 m ² :		
A - exame e verificação do projeto para os fins de expedição do alvará de licença		2,0
B – vistorias		5,0
C - expedição do alvará de aprovação		25,0
6.3. Autorização para desmembramento e remembramento de terrenos	Por m ²	0,005

Tabela X
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia
Taxa pelo Licenciamento Sanitário

TIPO DE ESTABELECIMENTO		QTD UFRM (ISENTO DE ÁREA)* Anual
Bares e Lanchonetes		De 01 a 02
Restaurantes		De 01 a 02
Panificadoras		De 01 a 02
Mercearias		De 01 a 02
Supermercados		De 02 a 03
Sorveterias		De 01 a 02
Clubes e Boates		De 01 a 02
Indústrias em geral		De 02 a 04
Beneficiadoras		De 01 a 02
Farmácias/Drogarias/Óticas		De 02 a 03
Casa de cosméticos e perfumarias		De 01 a 02
Garaparias e Casas de Vitaminas		De 01 a 02
Açougues e Casas de carnes		De 01 a 02
Frigoríficos e Abatedouros		De 02 a 04
Consultórios médicos e Odontológicos		De 02 a 03
Clinicas e Hospitais		De 02 a 03
Laboratórios de análises clínicas		De 02 a 03
Salões de beleza, Cabeleireiros e similares		De 01 a 02
Academias		De 01 a 02
Comércio de defensivos		De 01 a 02
Aplicadores de produtos agrícolas através de aeronaves		De 02 a 04
Lojas veterinárias		De 01 a 03
Estabelecimento de ensino e Creches		De 01 a 02
Hotéis e Motéis		De 01 a 03
Sacolões e Frutárias		De 01 a 02
Vendedoras ambulantes, motorizados ou não		De 01 a 02
Outras atividades sujeitas a inspeção sanitária (barracas de exposições, parques de diversões e circos)		De 01 a 02

* Tarifa máxima, até 150m², exceto fábricas e indústrias.

Tabela XI
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia
Taxa pela Inspeção e Fiscalização Sanitária

I – INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL

ATIVIDADE	UNIDADE	UFRM
GRUPO A – CARNE		
1. DE ABATE:		
a) Bovinos		5 UFMI
b) Suínos		
c) Aves		
2. DE PRODUTOS CÓRNEOS		
a) Salgados e dessecados		2 UFMI
b) Produtos de salsicharia embutidos e não embutidos		
c) Conservas		
d) Semi-conservas		
e) Outros produtos		
3. DE PRODUTOS GORDUROSOS COMESTÍVEIS		
a) Toucinho		2 UFMI
b) Unto de banha de rama		
c) Banha		
d) Gordura bovina		
e) Gordura de ave em rama		
f) Outros produtos		
4. DE SUBPRODUTOS NÃO COMESTÍVEIS		
a) Farinha		1 a 2 UFMI
b) Sebo, óleo e graxa branca		
c) Peles		
d) Outros produtos		
GRUPO B – PESCADOS E DERIVADOS		
1. De Peixe fresco em qualquer processo de conservação		01 a 02 UFMI
2. De crustáceos frescos em qualquer processo de conservação		01 a 02 UFMI
3. De subprodutos não comestíveis		01 a 02 UFMI
GRUPO C – LEITE E DERIVADOS		
1. DE LEITE DE CONSUMO		
a) Leite pasteurizado		02 a 03 UFMI
b) Leite esterilizado		
2. DE LEITE AROMATIZADO		02 a 03 UFMI
3. DE LEITE FERMENTADO		02 a 03 UFMI
4. DE LEITE GELIFICADO		02 a 03 UFMI
5. DE LEITE DESIDRATADO		
a) Leite concentrado, evaporado, condensado e doce de leite		02 a 03 UFMI
c) Leite em pó de consumo direto		02 a 03 UFMI

d) Leite em pó industrial		
6. DE PRODUTOS LÁCTEOS		
a) Queijo		
1. Queijo de minas, queijo prata e suas variedades		
2. Requeijão ou ricota		
3. Outros queijos		
b) Manteiga		
7. DE CREME DE MESA		02 a 03 UFMI
8. DE MARGARINA		02 a 03 UFMI
9. DE SUBPRODUTOS COMESTÍVEIS E NÃO COMESTÍVEIS		
a) Caseína, lactosa, leitelho em pó e soro de queijo em pó		02 a 03 UFMI
GRUPO D – OUTROS PRODUTOS		
1. De ovos de ave		01 a 02 UFMI
2. De mel e cera de abelha e produtos a base de mel de abelha		01 a 02 UFMI

II – REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS/PRODUTOS

ATIVIDADE	UNIDADE	UFRM
1. Aprovação de Projeto		02 a 03 UFMI
2. Instalação do S.I.M.M.		02 a 03 UFMI
3. Registro de produto (rótulo)		02 a 03 UFMI

Tabela XII
Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia
Taxa de Licença pelo Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial

ESPECIFICAÇÃO	Em UFRM		
	Ao Dia	Ao Mês	Ao Ano
Lanchonetes, Bares, Luminosos e Outros			
▪ Para prorrogação de horário:			
I – até às 22:00 horas.....	0,5	1,0	2,0
II – além das 22:00 horas.....	1,0	1,5	3,0
▪ Para antecipação de horário.....	0,5	1,0	2,0
▪ Por dias excetuados.....	0,5	1,0	2,0